

Janeiro de 2015

83

# BIODIVERSIDADE

## SUSTENTO E CULTURAS

CONTEÚDO  
**LIVRE**  
DE DIREITOS  
AUTORAIS

**A que futuro nos levam  
a crise climática, e a guerra  
contra a agricultura camponesa,  
os jovens e os povos?**



*Biodiversidade, sustento e culturas* é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afroamericanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

**Organizações Coeditoras**

Ação Ecológica  
[notransgenicos@accionecologica.org](mailto:notransgenicos@accionecologica.org)  
Ação pela Biodiversidade  
[agenciabiologia@gmail.com](mailto:agenciabiologia@gmail.com)  
Campanha das Sementes da Via Campesina – Anamuri  
[internacional@anamuri.cl](mailto:internacional@anamuri.cl)  
Centro Ecológico  
[revbiodiversidade@centroecologico.org.br](mailto:revbiodiversidade@centroecologico.org.br)  
CLOC-Via Campesina  
[secretaria.cloc.vc@gmail.com](mailto:secretaria.cloc.vc@gmail.com)  
GRAIN  
[carlos@grain.org](mailto:carlos@grain.org)  
Grupo ETC  
[etcmexico@etcgroup.org](mailto:etcmexico@etcgroup.org)  
Grupo Sementes  
[semillas@semillas.org.co](mailto:semillas@semillas.org.co)  
Rede de Coordenação em Biodiversidade  
[rbcostarica@gmail.com](mailto:rbcostarica@gmail.com)  
REDES-AT Uruguay  
[biodiv@redes.org.uy](mailto:biodiv@redes.org.uy)  
Sobrevivência  
[biodiversi@sobrevivencia.org.py](mailto:biodiversi@sobrevivencia.org.py)

**Comitê Editorial**

Carlos Vicente, Argentina  
M<sup>a</sup>. Eugenia Jeria, Argentina  
M<sup>a</sup> José Guazzelli, Brasil  
Valter Israel da Silva, Brasil  
Germán Vélez, Colômbia  
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica  
Henry Picado, Costa Rica  
Camila Montecinos, Chile  
Francisca Rodríguez, Chile  
Elizabeth Bravo, Equador  
M<sup>a</sup> Fernanda Vallejo, Equador  
Sílvia Ribeiro, México  
Verónica Villa, México  
David Cardozo, Paraguai  
Norma Giménez, Paraguai  
Martin Drago, Uruguai

**Administração**

Lucía Vicente  
[sitiobiodla@gmail.com](mailto:sitiobiodla@gmail.com)

**Edição**

Ramón Vera Herrera  
[constelacion@laneta.apc.org](mailto:constelacion@laneta.apc.org)  
[ramon@grain.org](mailto:ramon@grain.org)

**Diagramação**

Versão em Castelhana: Daniel Passarge  
[danielpassarge@gmail.com](mailto:danielpassarge@gmail.com)

**Versão em Português:**

Tradução: Valter Israel da Silva  
Maria José Guazzelli

<b>EDITORIAL</b>	1	
Transgênicos no Panamá - Elizabeth Bravo (RALLT)	3	
Reformas estruturais, tratados de livre comércio e guerra à subsistência   <i>GRAIN</i>	7	
O Calcanhar de Aquiles do INBio   <i>Silvia Rodríguez (Cervantes Rede de Coordenação em Biodiversidade)</i>	15	
No México, há uma guerra contra os jovens <i>Hermann Bellinghausen</i>	17	
A solução para as mudanças climáticas está em nossas terras - Via Campesina e <i>GRAIN</i>	19	
Como o sistema alimentar agroindustrial contribui para a crise climática	20	
A soberania alimentar: 5 passos para esfriar o planeta e alimentar a população	22	
<b>ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS</b>	24	
Sem exageros e muito comunitários, os povos do Equador se mantêm vivos e alertas   Equador: A ameaça da mineração sobre Intag   Acabou a água nas maiores cidades do Brasil. De quem é a culpa?   Honduras: Frente a ataque à sede da organização Via Campesina-Honduras   A petroleira Chevron na mira   Guatemala: uma prisão verde com cheiro de melaço   Canal da Nicarágua, um negócio de águas turvas   O ano de 2014 revisado		
<b>Uma panorâmica e muitas vistas</b>		
Necessitamos enfrentar com seriedade a crise climática	33	
<b>MITOS</b>		
Emissões Líquidas zero? - Silvia Ribeiro, Grupo ETC	40	
A capa e as fotos da Bolívia que acompanham este número são fotos que ecoam entre o individual e Íntimo dos personagens e esse ser comunitário que aparece nas esquinas de um país tão plenamente índio. Seus personagens, sejam pessoas, grupos ou ruas, esquinas ou praças, o deserto ou a imensidão, adquirem uma força que nos impõe uma presença sutil que regressa e volta a regressar. Foram tiradas por Nadja Massün, fotógrafa, de origem franco-húngara, que nasceu na atual República Democrática do Congo e, desde 1983, vive no México, sobretudo em Oaxaca. Diz Nadja de si mesma: “O que me atrai são os rostos, os gestos, os movimentos do corpo que remetem a um estado de ânimo e contam uma história. A paisagem é como a tela de fundo, sua função em minha fotografia é enfatizar o que busco: captar um olhar, uma história, um momento de gravidade, uma interioridade que me falam”.		
Agradecemos o apoio da Fundação Siempenpu, de Elankidetza – Agencia Basca de Cooperação para o Desenvolvimento, da Fundação Swift, e da Fundação Rosa Luxemburgo.		

A foto da capa mostra um trem queimado. Seu casco enferrujado jaz sobre as vias de um cemitério de trens na Bolívia. Se pode adivinhar que o trem da capa foi em algum momento um carro tanque: de combustível, de água? Ambos líquidos a ponto de se converterem em luxos para as pessoas, em necessidade imperiosa, pela escassez que estão alcançando conforme a crise climática avança implacável apesar das declarações conciliadoras e condescendentes de governos que, na realidade, em seu cinismo, insistem em proferir mentiras com objetivo de favorecer seus sócios. Que siga a festa enquanto dure o petróleo, o gás, a energia, enquanto a água não se transforme em motivo de guerra sem quartel ou levantamento de alguma comunidade, comarca, região ou país inteiro.

As pessoas se dão conta de que tudo está relacionado. Dão-se conta da crise climática como um fenômeno provocado por irresponsabilidade e voracidade. Não é suficiente que as empresas tapem o sol com a peneira, enquanto lucram com o cuidado ancestral que as comunidades têm tido com tudo, porque essa é sua tarefa no mundo.

Mais e mais pessoas e comunidades vamos entendendo que devemos fazer algo livremente para frear o mais rápido possível. O que ocorrerá se ninguém fizer nada?

A Via Campesina proclama que a agricultura camponesa pode esfriar a terra, além de dar de comer a mais pessoas, e o melhor é que é verdade. Estudo após estudo, as evidências se somam para dar razão a esta vastíssima confluência de comunidades e organizações que nos cinco continentes declaram orgulhosas, ser parte dela.

O Tribunal Permanente dos Povos, em sua permanência de três anos no México, documentou os danos ao povo mexicano – que coincidem com tantos outros povos irmãos da América Latina e do mundo –, e com grande tino evidenciou as acusações e a maneira de apresentá-las e pode reconhecer, talvez pela primeira vez na história, a integralidade do ataque à vida camponesa. Pôde este tribunal demonstrar a noção, cada vez mais contundente, de que a economia pretende submeter o direito em mais e mais entrelinhas, e pretende impor reformas (chamadas neoliberais, ou de ajuste estrutural) que desabilitam as potencialidades das pessoas e dos coletivos para fazer frente a seu destino, a sua história, para exercer uma maior subordinação. E isto já não pode permitir.

Dispara a migração e o exílio. Invadem-se mais e mais territórios. Se concentram as terras, se impõem reformas para privilegiar a exploração. Além disso, o Estado tira a máscara e assume um rosto cada vez mais criminoso porque, injustamente, se descartam leis e normas com o objetivo de privilegiar os interesses corporativos e impulsionar acordos comerciais e uma série de regulações não constitucionais associadas a eles, quer dizer, estranhas aos fundamentos das nações soberanas e supostamente democráticas, onde os congressos, e afinal de contas, as populações, teriam que ter a última palavra de como se legisla e quais são as leis legítimas.

Dispara a migração e o exílio. Invadem-se mais e mais territórios. Se concentram as terras, se impõem reformas para privilegiar a exploração. Além disso, o Estado tira a máscara e assume um rosto cada vez mais criminoso porque, injustamente, se descartam leis e normas com o objetivo de privilegiar os interesses corporativos e impulsionar acordos comerciais e uma série de regulações não constitucionais associadas a eles, quer dizer, estranhas aos fundamentos das nações soberanas e supostamente democráticas, onde os congressos, e afinal de contas, as populações, teriam que ter a última palavra de como se legisla e quais são as leis legítimas.

Não é só que se legisla em favor das corporações: hoje vamos entendendo, dolorosamente, a chamada arquitetura da impunidade, quer dizer, que muitos Estados são mais e mais propensos, ainda que se chamem progressistas, a promover os grupos delinquentes e a entremear suas estruturas com as destes grupos, porque assim convém a seus lucros e interesses “do a quem doer”.

E então, a violência. O acossamento, a criminalização contra qualquer um que se queixe contra quem não se submete. A repressão sem nenhuma consideração, a prisão, a desapareção, o assassinato. E a violência como moeda de troca. Que a vida cotidiana seja violenta. Que as relações se resolvam através da violên-



Uyuni, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massu

cia.

Neste cenário, o mais terrível é que todos e todas perdemos até mesmo as pessoas que promovem este clima de ofuscamento e confusão.

**E**tudo está exagerado. Para alguns governos, incomoda muito que o povo se organize e atue, e tentam tudo para desarticular a atuação das organizações e indivíduos. Um exemplo direto e recente aconteceu por conta da Conferência dos Povos que se realizou em paralelo à Conferência Climática de Lima, quando o governo “progressista” de Equador impediu a passagem da Caravana Climática Continental que ia do México a Lima, confiscando seu caminhão com pretextos administrativos e pressionando seus integrantes, entre os quais se encontrava um grupo de Yasunidos, defensores do Yasuní contra as pretensões do governo de extrair o petróleo desta região.

Acontece que a Conferência dos Povos devia de ser um momento de denúncia e articulação entre os coletivos dos rincões de diversos continentes para denunciar os ataques das corporações contra a natureza: mineração, extração de petróleo cru e gás com, ou sem fraturação hidráulica. Utilização, contaminação e privatização da água, construção de represas, um embate contra as matas e florestas e contra quem cuida deles, porque além de lhes roubar com supostos pagamentos e compensações, se fortalece a concentração pela via da alienação dos territórios submetidos aos serviços ambientais e REDD. Está o enorme pacote do sistema agroalimentar industrial global com sua promoção de sementes de laboratório (híbridos, transgênicos e outros mais) e pacotes tóxicos, de venenos e fertilizantes.

A crise hídrica no Brasil, um dos países que possui as maiores reservas de água do mundo, onde o agronegócio, o desmatamento, as represas e a mineração estão deixando todo o sudeste do país sem água, demonstra às claras, a perversidade deste sistema.

Outro exemplo da repressão desatada, muito mais execrável ainda, são os fatos ocorridos em Honduras no dia 26 de janeiro último, quando a comunidade garífuna recuperada de Nova Armênia, a poucos quilômetros da cidade de Ceiba, foi atacada a tiros por desconhecidos, crime que deixou um saldo de uma pessoa ferida. Jesus Flores Satuye sofreu um ferimento na cabeça e um no braço. Um dia antes, a sede da Via Campesina em Tegucigalpa foi alvejada com mais de 15 disparos. O mesmo sofreram simpatizantes da FNRP e do Partido Livre que regressavam a suas comunidades depois de uma grande mobilização. Só por defender seus territórios.

**A** resistência cresce. A guerra contra os jovens desencadeada em várias partes do mundo, com particular sanha no México e Centro América, teve uma repercussão inusitadamente mundial, que vem articular muitas outras lutas e resistências que estavam aí. O embate contra os jovens vem fortalecer uma renovada mobilização nas ruas, mas também uma busca por entender mais, entender com outras e outros, trabalhar por nossa reabilitação como sujeitos, como atores e atrizes da nossa própria problemática e circunstância, recuperando saberes, a memória territorial do nosso entorno e suas estratégias de trabalhar para produzir alimentos próprios, nos educar, cuidar da nossa saúde, recuperar formas da justiça mais próximas e reais. E, no final das contas, construir-nos um futuro próprio de todos e todas, um futuro praticável e de prazo perpétuo, mais justo para toda a Natureza, com a que estamos entremeados todos (todas as pessoas, todos os seres humanos).



# Transgênicos no Panamá

Elizabeth Bravo (RALLT)

*Panamá se ha convertido en una especie de campo de experimentación de animales transgénicos, y se conoce muy poco lo que sucede ahí. La Red por una América Latina Libre de Transgénicos (RALLT) realizó una visita a Panamá del 8 al 14 de agosto del 2014, con el fin de verificar la situación de los organismos transgénicos en ese país centroamericano. Aquí compartimos los principales hallazgos.*

3

**Mosquitos transgênicos.** A partir de 2014 o Instituto Gorgas iniciou os primeiros testes de campo do mosquito transgênico OX513A, desenvolvido pela empresa britânica Oxitec.

O Instituto Gorgas é uma entidade pública de pesquisa de doenças tropicais, que passou a mãos panamenhas como parte das negociações do Tratado Carter-Torrijos.

O mosquito transgênico está desenhado para diminuir as populações silvestres de *Aedes aegypti*, o vetor da dengue. A tecnologia se baseia em liberar mosquitos machos transgênicos (pois só as fêmeas portam o vírus da dengue). A ideia é que os machos transgênicos se cruzem com as fêmeas silvestres cuja descendência será portadora de um gene que mata a descendência na fase de larva. A aposta da Oxitec é que baixe a população do vetor.

O gene se ativa na ausência de tetraciclina, um antibiótico utilizado amplamente na avicultura, e, por isso mesmo, a possibilidade que esteja presente nas fontes de água (que é onde se reproduz o mosquito) é muito alta. Isto significa que em presença do antibiótico, as larvas transgênicas sobreviverão, e com o passar do tempo poderá haver mosquitos transgênicos portadores do vírus da dengue. Recordemos que a região avícola está localizada no estado de Panamá, onde foram conduzidos os ensaios.

Os mosquitos foram liberados em abril de 2014 no distrito de Arraiján, em Novo Chorrillo, estado do Panamá, um dos centros povoados mais importantes do país. Segundo a imprensa, aproximadamente 240 mil mosquitos são liberados a cada semana.

Em Novo Chorrillo, não se escuta falar do “mosquito transgênico”, mas do “mosquito inglês”. Às pessoas se informou que este mosquito vai eliminar ao mosquito da dengue, mas lhes preocupa o que pode acontecer com o novo mosquito. Na realidade há mais preocupação com a nova enfermidade: a febre chicungunha ou febre chikungunya.



La Paz, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massu

Os métodos de erradicação do mosquito ou de suas fontes de reprodução (como focos de água) são incompatíveis com a liberação do mosquito transgênico. Entretanto, no ambulatório médico de Nuevo Chorrillo há anúncios onde se pede à população que elimine os focos de dengue, e os habitantes informam que há campanhas de pulverizações, pelo que se presume que a campanha teria sido interrompida.

O programa de introdução do mosquito transgênico está passando mensagens confusas para a população: por um lado, se sanciona a quem não elimina os criadouros, e, por outro, se pede a eles que não façam isto, para permitir a reprodução do mosquito transgênico.

As áreas de Princesa Mía e Lluvia de Oro, localizadas próximas a Nuevo Chorrillo, servirão de comparação para medir a efetividade do programa, mas o Gorgas planeja incluir estes bairros no experimento do próximo ano.

Princesa Mía e Lluvia de Oro são bairros novos, planejados, onde a população vive em melhores condições que em Nuevo Chorrillo.

Não está muito claro por que se escolheu Nuevo Chorrillo para o experimento. A imprensa diz que foi por que é um vale, e pela alta incidência de dengue, mas as estatísticas do Centro de Saúde de Nuevo Chorrillo indicam que até agora, em 2014, ocorreram cinco casos de dengue (em comparação aos 3.707 casos de dengue e oito óbitos informados pelo Ministério de Saúde (MINSA). A diretora do centro, Lilia Diez de Aldrete, indicou que o último surto de dengue se deu faz cinco anos.

O programa foi feito na estação seca, quando a incidência de dengue é muito baixa. Segundo o instituto Gorgas, se escolheu esta época porque a população de *Aedes* é menor e mais fácil de combater, o que lhes permitirá apresentar dados positivos do experimento. Mas, significará que se está combatendo a enfermidade?

O experimento foi feito sem contar com um estudo de impacto ambiental nem uma avaliação de riscos. E também sem o consentimento prévio e informado da população onde foi liberado o mosquito, como determina a Declaração de Helsinki. Segundo a imprensa, simplesmente se divulgaram as supostas vantagens do mosquito transgênico.

O instituto Gorgas, logo após o experimento, vai avaliar se diminuiu o número de mosquitos transmissores da dengue. Para o doutor Lorenzo Cáceres, entomologista do Instituto responsável pelo

experimento, 44% das fêmeas silvestres preferiu os machos transgênicos no laboratório. Surgem perguntas:

1. São replicáveis os resultados do laboratório com o que acontece no campo?

2. Que aconteceu com o restante 56% de fêmeas? Preferiram os machos silvestres?

3. Se 56% das fêmeas continua se reproduzindo com os machos panamenhos, e deixam descendência que pode transmitir a dengue, isto aumentará a incidência de dengue na região do experimento, sobretudo se levarmos em conta que no desenho experimental se excluem outras formas de controle, como a pulverização ou a erradicação de focos de reprodução dos mosquitos?

4. Não se trata, por acaso, de um experimento com os seres humanos de Nuevo Chorrillo, Lluvia de Oro e Princesa Mía?

**Salmão Transgênico.** Nas águas internas panamenhas, a empresa Aquabounty Technologies avalia um salmão transgênico de grande porte e rápido crescimento. Pela natureza da manipulação genética, o peixe deve ser criado em águas tropicais. O plano de produção da empresa é desenvolver os ovos de salmão em suas instalações na ilha de Príncipe Eduardo, Canadá, levá-los por transporte aéreo ao Panamá, para criá-los ali, e transportá-los por navio aos EUA, para seu consumo, onde a população o rejeitou como alimento.

A primeira avaliação foi realizada em Boquete, na província de Chiriquí, (fronteira com a Costa Rica), aproximadamente a 200 metros acima do nível do mar.

No salmão do Atlântico se introduziu genes do salmão chinook do Pacífico e da enguia marinha, para que cresça mais rápido. Em 18 meses alcança o tamanho comercial (quase a metade do tempo que levam os salmões naturais), e é maior.

O salmão transgênico pode escapar e, devido ao seu tamanho superior, acabaria desbancando a população natural de outros peixes. A própria empresa Aquabounty reconhece que já escaparam alguns peixes de suas instalações no Panamá por conta de uma tormenta, que são frequentes neste país tropical. Em criatórios de salmão, a cada ano escapam milhões e competem com os salmões silvestres. Para o caso destes peixes transgênicos, se calcula que o escape de apenas 60 salmões poderia acarretar a extinção de uma população de 60 mil animais em 40 gerações de peixes.



**Milho Transgênico.** Grande parte do crescimento econômico do Panamá provém do setor financeiro, de comunicações e de serviços, com um fraco setor agrícola. Em 2012, a agricultura representou 4,9% do PIB.

O Panamá importa alta percentagem do milho, tanto para consumo humano (milho branco), como animal (milho amarelo). A dependência em relação ao milho importado é mais grave se levamos em conta que no tratado de livre comércio que o Panamá tem com os Estados Unidos, o milho tem imposto zero. A cada ano, o governo do Panamá decide de que país importa seu milho, sendo os Estados Unidos seu principal provedor.

A maior parte da superfície cultivada com milho, é feita com métodos tradicionais (44 mil hectares), que corresponde a 70% da área total cultivada. Por outro lado, 19 mil ha utilizam tecnologias mecanizadas, o que significa 30% do total.

Na província de Los Santos se produz a maior parte do milho mecanizado e é possível que aqui se introduza o milho transgênico. Na Comarca Ngábe, se produz cerca de 4 mil hectares de milho nativo com métodos tradicionais. Em Panamá, Herrera e Coclé há produção de milho com uma mescla de métodos tradicionais e mecanizados.

O milho duro (transgênico) está destinado sobretudo para a avicultura, atividade que se concentra nos estados centrais do Panamá Leste e Panamá Oeste, e um pouco menos em Vereguas e

Coclé. O consumo per capita de frangos no Panamá é de 37,7 quilogramas/ano, o terceiro na região, depois do Brasil e Venezuela.

Sua dependência do milho importado é a justificativa para introduzir sementes transgênicas e, assim, aumentar a produção. Mas qual é a relação entre o problema do abandono do agro com as variedades de sementes que se usam no país? Se se quer incrementar a produção de milho no Panamá, por que tem que ser com transgênicos sobretudo se levamos em conta que os cultivos transgênicos têm rendimentos inferiores a seus contrapartes convencionais.

No Panamá foram feitos dois testes de campo com o milho transgênico Herculex 1 na região de Azuero. Os testes foram feitos na safra 2012-2013, no estado de Los Santos, onde foram avaliados 2.011 sacos de sementes de milho. No primeiro teste de campo se avaliou a dispersão do pólen, as populações de insetos nos cultivos de milho transgênico e a eficiência biológica. Foi feita uma validação agrônômica. O segundo teste de campo voltou a avaliar a eficiência biológica.

Nunca foram avaliados os possíveis impactos negativos do milho transgênico na biodiversidade panamenha (agrícola e silvestre), mas apenas o comportamento agrônômico deste milho no país, para determinar se é economicamente viável sua introdução.





El lago Titicaca, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massú

Em 2013, várias organizações de consumidores, cientistas, produtores e ecologistas se uniram para rechaçar a introdução de transgênicos autorizada pela Comissão Nacional de Biossegurança do Panamá a partir de agosto daquele ano.

Em janeiro de 2014, cerca de 25 produtores do estado de Los Santos estavam prestes a plantar 2.400 hectares de milho transgênico, que seria utilizado para o consumo animal, principalmente pelas empresas avícolas e, em especial, pelo grupo Melo, promotor deste projeto.

Uma pergunta obrigatória é se foi considerada a possibilidade de contaminação transgênica.

**Arroz transgênico.** No Panamá se solicitou a importação do arroz LLRICE62 da Bayer para consumo humano. A solicitação entrou em tramitação em 2011 e não foi aprovada.

Este arroz foi aprovado para cultivo somente nos Estados Unidos e para o consumo no Canadá, Austrália e México. Agora, se propõe a conseguir a autorização no Panamá. Dado que a comercialização ainda não foi aprovada, se acredita que a empresa quer ter um mercado seguro para seu arroz transgênico.

No Panamá há um consumo muito alto de arroz (aproximadamente 182.388 toneladas por ano), e nos anos anteriores, 99% do arroz importado veio dos Estados Unidos, por isso é preocupante a solicitação de importar arroz transgênico.

Este arroz foi manipulado para que tenha resistência ao herbicida glufosinato de amônia, cujos impactos já foram expostos antes.

#### Referências:

- BBC Mundo. El salmón genéticamente modificado que podría acabar en su plato. 29 de maio de 2013. [http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/05/130529\\_ciencia\\_super\\_salmon\\_polemica\\_ig.shtml](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/05/130529_ciencia_super_salmon_polemica_ig.shtml)
- El Sito Avícola. Maíz transgênico no llegará a avicultores este año. 14 de janeiro de 2014. <http://www.elsitioavicola.com/poultrynews/27798/maaz-transganico-no-llegara-a-avicultores-este-aa0#sthash.Nt8tCIZ3.dpuf>
- Instituto Gorgas. Actividades comunitarias 2011. <http://www.gorgas.gob.pa/images/Actividades%20de%20Divulacion%20PMT%202011,2014.pdf>
- INEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo, Panamá) Superficie Sembrada de maíz en la República, por Provincia según años, 2012. Disponível em: <http://www.contraloria.gob.pa/inec/archivos/P5291312-17.pdf>
- Gandásogui Marco (h). Panamá. Los negocios primero, adiós a la salud, 2013. <http://alainet.org/active/66280&lang=es>
- USDA /FAS. Agricultural Biotechnology Report for Panama, 2014
- United States Department of Agriculture. Agricultural Research Service. Research Project: Developing a Genetic Sexing Line of Screwworms: Laboratory Support. [http://afsrweb.usda.gov/research/projects/projects.htm?ACCN\\_NO=425676](http://afsrweb.usda.gov/research/projects/projects.htm?ACCN_NO=425676)
- Ruiz Benjamín. La avicultura de Panamá. WattAgNet, 2012. [http://www.wattagnet.com/La\\_avicultura\\_de\\_Panam%C3%A1.html](http://www.wattagnet.com/La_avicultura_de_Panam%C3%A1.html)

#### Notas:

- 1 <http://www.gorgas.gob.pa/images/Actividades%20de%20Divulacion%20PMT%202011,2014.pdf>



# Reformas estruturais, tratados de livre comércio e guerra à subsistência

GRAIN

7

*Este texto tem a intenção de apresentar o caso mexicano como um exemplo para que outros países do mundo vejam, em primeira mão, os efeitos que terá a subordinação implícita nos tratados de livre comércio.*

## 1. O Tribunal Permanente dos Povos no México

**D**e outubro de 2011 a novembro de 2014, o Tribunal Permanente dos Povos (TPP) teve sessões no México: um espaço jurídico internacional autogestivo que continua o trabalho do legendário Tribunal de Russell – de grande visibilidade entre 1996 e 1976 ao julgar os crimes de guerra no Vietnã e os horrores das ditaduras do Cone Sul.

Ao solicitar a intervenção do TPP, o grupo de organizações, comunidades e pessoas que promoveram sua presença no México sinalizou: “Nesta desmesura legal em que nos encontramos, pra nós é urgente encontrar uma referência que, inclusive, ultrapasse a institucionalidade internacional e seja de verdade independente o que nos permitirá documentar de forma ampla, aberta (e, no entanto, rigorosa) todo o tipo de danos”.<sup>1</sup>

O problema é estrutural, sistêmico, complexo: e foi agravado pelas políticas de ajustes dos anos 80 a ponto de adquirir caráter irreversível com os tratados de livre comércio e sua série de cláusulas associadas “paulatinas” ou de “revisão”.<sup>2</sup> No diagnóstico, o Estado mexicano incorre em “desvio de poder” porque “abre margem de manobra para as corporações enquanto obstaculiza que a população obtenha justiça pelos canais legais ou institucionais: existe

uma impermeabilidade das instâncias do Estado, um emaranhamento jurídico e a fabricação de políticas públicas, reformas constitucionais e leis que revogam direitos coletivos, atentam contra âmbitos comuns e tornam volátil o pacto social”.

O capítulo México do TPP identificou o livre comércio como centro de uma dinâmica sistêmica que subjuga o direito frente aos interesses econômicos de setores alheios à população em seu conjunto, razão pela qual toda a sessão do TPP (2011 – 2014) foi identificada como Livre Comércio, Violência, Impunidade e Direito dos Povos no México.

Em três anos a sociedade civil mexicana documentou sete processos que resumem a situação insustentável: violência generalizada (dezenas de milhares de desaparecidos, repressão, militarização, prisões e mais de 100 mil assassinatos); devastação ambiental; precarização do trabalho e repressão ao sindicalismo independente; violência de gênero e crimes de ódio; expulsão/migração intermináveis; falta de liberdade no meio e violência contra comunicadores; um ataque integral a vida camponesa, à soberania alimentar e aos âmbitos coletivos de propriedade da terra – o processo do qual nos ocupamos neste documento.<sup>3</sup>

Durante 2013, diversas comunidades e organizações – próximas, sobretudo à Rede de Defesa do Milho e à Assembleia Nacional de Afetados Ambientais -, realizaram oficinas em diversas regiões e locais, sistematizando os danos sofridos pelo abandono institucional do campo, as políticas que atentam contra os povos indígenas e a vida camponesa, a devastação da territorialidade, a subsistência e a vida digna das comunidades, a voracidade do

*O Estado mexicano incorre em “desvio de poder” porque “abre margem de manobra para as corporações enquanto dificulta que a população conquiste justiça pelos canais legais ou institucionais”.*

1 - Petição formal ao Tribunal Permanente dos Povos, Fundação Lelio Basso, Roma, Itália, encaminhada a instaurar um Capítulo México onde possamos expor as conexões entre livre comércio, guerra suja e direitos dos povos, Comitê promotor do Capítulo México, fevereiro de 2011. Ver também a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, Argel, 4 de julho de 1976.

2 - *Ibidem*.

3 - Os sete processos do TPP contra o Estado mexicano serviram como ferramenta para uma surpreendente reflexão/sistematização coletiva e uma vinculação local-regional-nacional desde baixo, poucas vezes vista. Mais de mil coletivos locais, regionais e nacionais representaram 500 casos e infinidade de testemunhos em cerca de 25 estados do país, realizando 11 audiências, 40 pré-audiências e aproximadamente 150 oficinas de sistematização. O processo completo está em [www.tppmexico.org](http://www.tppmexico.org)

*É uma condição estrutural de violência, um processo de desmantelamento dos âmbitos rurais, da propriedade social, da vida camponesa e da possibilidade que a população alimente a si mesma. Tudo em favor das empresas transnacionais que ganham certeza jurídica e a possibilidade de concentrar vastas extensões de terra ou construir oligopólios de setores chaves de mercado, como sementes ou a compra e distribuição de grãos, seu processamento e venda ao público. O resultado é a expulsão desmedida, e um crescimento urbano interminável repercutindo com renovadas urgências sobre o campo.*

sistema agroalimentar industrial e, obviamente, a irresponsabilidade de promover o milho transgênico e a importação massiva de milho de duvidosa qualidade para usos industriais.

Em vinte oficinas, cinco pré-audiências, uma audiência final e uma audiência complementar, os relatos sistemáticos consolidaram pareceres específicos e uma sentença final do eixo, onde os jurados nacionais e estrangeiros reconheceram – pela primeira vez em um âmbito jurídico internacional – o vasto e sistemático ataque contra o campesinato e a produção independente de alimentos. (uma das pré-audiências foi organizada pela União de Cientistas Comprometidos com a Sociedade, e consolidou um diagnóstico a muitas vozes sobre os perigos dos transgênicos e da ciência distorcida a favor das empresas, uma tecnociência que contradiz os princípios autênticos do método científico que reconhece a complexidade e a incerteza como princípios fundamentais).

Todos os casos produziram evidências de que as chamadas reformas estruturais, as políticas públicas internacionais promovidas desde os anos 80, são responsáveis, junto com as mudanças constitucionais e a reforma de leis e regulamentações, do desmantelamento jurídico e institucional que ataca a via campesina. A subordinação da agricultura mexicana aos interesses de um sistema agroalimentar industrial mundial dominado por poucas corporações transnacionais, a desabilitação do campesinato para que não seja rentável produzir seus próprios alimentos, a interrupção ou erosão do processo continuado de criação de biodiversidade agrícola e cultural-social, são efeitos diretos destas políticas e dos tratados ou acordos de livre comércio (que funcionam como travas para torná-las irreversíveis).

As corporações do sistema agroalimentar industrial mundial não perdoam aos agricultores, sejam de subsistência ou comerciais que buscam viver das atividades agropecuárias mesmo sob as regras impostas pelo modelo dominante, pois vão sendo marginalizados “conforme diminui a taxa de lucros e as corporações decidem degolar a todo aquele que se interponha no caminho de sua própria estabilidade financeira”.<sup>4</sup>

Também resultam afetados os consumidores em cidades e âmbitos rurais da mesma forma porque já não podem decidir sobre seus próprios alimentos e se tornam prisioneiros das políticas públicas e dos desígnios das corporações.

É uma condição estrutural de violência, um processo de desmantelamento dos âmbitos rurais, da propriedade social, da vida camponesa e da possibilidade que a população alimente a si mesma. Tudo em favor das empresas transnacionais que ganham certeza jurídica e a possibilidade de concentrar vastas extensões de terra ou construir oligopólios de setores chaves de mercado, como sementes ou a compra e distribuição de grãos, seu processamento e venda ao público. O resultado é a expulsão desmedida, e um crescimento urbano interminável repercutindo com renovadas urgências sobre o campo.

## 2. Os pareceres e as visões

O anexo 3.2 da sentença final de todo o processo mexicano do Tribunal Permanente dos Povos, estabeleceu um fiel concerto uma contatação fiel desta condição sistêmica:

A inserção do México na globalização neoliberal está associada com um aumento extraordinário de sofrimento no povo mexicano. A globalização neoliberal gera fortes desequilíbrios entre o mercado e os direitos humanos. A economia se globaliza e as instituições democráticas que tutelam os direitos das maiorias ficam em uma posição subordinada e marginal. As instituições globalizadas substituem o controle democrático pela regulação obscura do comércio global.

O direito neoliberal tutela a acumulação da riqueza e a concentração do poder econômico e político mediante a eliminação dos “perdedores”. Também, se sustenta na arquitetura da impunidade construída em favor das empresas multinacionais e do capital. A desigualdade e a desproporção o desequilíbrio são elementos constitutivos do mesmo.

O governo mexicano interveio para facilitar a transformação e a eliminação compulsiva, por meios econômicos, de

4 - “Los devastadores efectos de una guerra sostenida contra la subsistencia de los pueblos”, acusação apresentada pelo Eixo 5, Violência contra o Milho, a Soberania Alimentar e a Autonomia dos Povos, ao Tribunal Permanente dos Povos, Cidade do México, 19 de novembro de 2013.





La Paz, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massú

amplas massas de população da cidade e do campo consideradas “não necessárias” ou “supérfluas”. Os governos mexicanos têm utilizado o poder do Estado para acelerar esta eliminação mediante atos diretos de toma saqueio dos meios de produção ou por intervenções distorcidas na que distorcem a economia de subsistência.<sup>5</sup>

Em novembro de 2013, o parecer da audiência final do eixo Violência contra el Maíz, la Soberanía Alimentaria y la Autonomía de los Pueblos [Violência contra o Milho, a Soberania Alimentar e a Autonomia dos Povos] afirmava:

Existe uma crise de caráter criminoso contra a subsistência autônoma de amplos grupos, entre eles, destacadamente, os povos indígenas e as comunidades camponesas. Ao tirar seus meios autônomos de vida lhes condenam à migração, à dependência de programas assistenciais, à miséria, à marginalização e à morte... A imposição de um modelo agroindustrial intensivo – do qual os transgênicos são um dos instrumentos mais extremos – por parte do Estado mexicano e de corporações como a Monsanto, Syngenta, Dow, BASF ou Cargill, não só constitui um ataque a uma cultura, mas também uma verdadeira guerra contra a subsistência, impulsionada fomentada com a fabricação de leis que impedem a defesa

da agricultura camponesa e a produção independente ([de alimentos]).

O texto entre [ ] mostra que foi acrescentado por alguém que não escreveu o texto que vem antes. Entre ( ) mostra uma complementação/explicação de que escreveu o texto todo. Ou seja, o Ramón acrescento o “de alimentos” a um texto copiado.

Para o TPP, as políticas públicas e as leis privilegiam as corporações enquanto deterioram a rentabilidade geral da atividade agrícola, atentam contra a segurança alimentar dos povos, liberam a concentração de terra e da água, impõem sementes de laboratório (híbridas e transgênicas) e insumos altamente tóxicos, criminalizam as sementes nativas camponesas e seu entremeado de relações, e impulsionam vastos sistemas de propriedade intelectual. As corporações se apoderam de toda a cadeia alimentar (da terra ao comércio frequentemente varejista), os territórios vazios são invadidos com projetos extrativistas, imobiliários, turísticos, de pseudo conservação, lixo e outros. Cresce Multiplica-se a devastação ambiental.

As diversas organizações e comunidades apresentaram seus casos com uma visão integral e panorâmica do que significa este ataque para a agricultura e a produção independente de alimentos.

*A imposição de um modelo agroindustrial intensivo – do qual os transgênicos são um dos instrumentos mais extremos – por parte do Estado mexicano e corporações não só constitui um ataque a uma cultura, mas também uma verdadeira guerra contra a subsistência, impulsionada fomentada com a fabricação de leis que impedem a defesa da agricultura camponesa e a produção independente de alimentos.*

5 - Tribunal Permanente dos Povos, Sentença final do processo Libre comercio, violencia, impunidad y derechos de los pueblos en México (2011-2014) [Livre comércio, violência, impunidade e direitos dos povos no México (2011-2014)], Cidade do México 12-15 de novembro de 2014. <http://www.internacionaleleliobasso.it>



La Paz, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massü

Os ditames pareceres nos mostram a força com que foi apresentada esta integralidade nos diferentes espaços.<sup>6</sup>

A evidência oriunda dos casos (de grupos e comunidades) permitiu configurar um dano central, que retomaram foi retomado tanto ao ditame no parecer final da audiência geral de novembro de 2013 como a quanto na sentença final do TPP, em novembro de 2014. Esta concreção concretização recebeu os ajustes da obra do filósofo Jean Robert e dos trabalhos de Iván Illich.<sup>7</sup> Na pré audiência de

Tepoztlan, os responsáveis pelo ditame parecer, expuseram assim:

O objetivo dos ataques [de corporações e governo] é o saque total, tirar dos povos seus saberes, suas formas de construir uma visão, um sentido e um atuar próprios, suas formas de convivência e, portanto, seus meios de subsistência. Isso com o objetivo de nos converter em indivíduos isolados, sem laços sociais, sem apego a um território, à terra ou a um bairro, dependentes do momento para na hora de nos alimentar e trabalhar, para assim nos deixar sem mais alternativas do que nos convertermos em mão de obra submissa, barata e descartável.<sup>8</sup>

### 3. Os danos

**A** acusação geral buscou uma visão integradora como método de relacionar os elementos que configuram o processo. Os ditames pareceres provocaram eco desta ecoaram esta integralidade, que não só busca explicar uma circunstância mas desentranhar desnudar o fluxo do sistema e da estrutura.

1. O Estado mexicano e as corporações estão destruindo, com intensidade inusitada, a relação das comunidades com seu território, base fundamental da subsistência e da continuidade civilizatória de um povo. Com a contra reforma ao artigo constitucional 27, de 1992, e outras leis complementares, se tirou da terra o seu caráter inalienável, embargável inembargável e imprescritível, liberando a possibilidade de seu arrendamento, venda, hipoteca ou alienação mediante contratos com corporações e indivíduos.<sup>9</sup> Se separou a terra da água e dos recursos naturais, e aos núcleos humanos dos locais que durante milênios a protegeram. Com a nova Reforma Energética, o Estado mexicano busca erradicar a propriedade comunal, a propriedade social da terra, mediante leis secundárias que contemplam a “ocupação” de todo terreno que contenha potencial energético, declarando prioritária a exploração energética sobre qualquer outra atividade. Este



atropelo não implica só dispor da terra abstrata: é o exílio forçado de comunidades inteiras e tenta apagar a memória territorial das comunidades e dos protegidos das áreas comunais.<sup>10</sup>

2. Tampouco se reconhecem os direitos do povos indígenas. Somente se lhes reconhece como identidades entes de interesse público. Para lhes reconhecer direitos à autonomia, aos territórios, o Estado mexicano teria que haver estabelecido aos povos índios como sujeitos de direito público. Sabendo da concentração, privatização e saque que preparavam as empresas, governos e organismos multilaterais era crucial NÃO reconhecer-lhes a possibilidade de ter direitos, quer dizer, ferramentas jurídicas de defesa.<sup>11</sup>

3. Retirar o apoio a população à produção independente de alimentos atenta contra a soberania nacional, contra a segurança alimentar da população em seu conjunto, e desestabiliza enfraquece as bases e estratégias produtivas do país. Enquanto isto, todas as facilidades para produzir, importar, comercializar e/ou promover os alimentos processados que fabricam a partir de seus próprios canais de abastecimento de matéria prima, as grandes corporações conseguem uma vez atrás da outra.<sup>12</sup>

4. Apoiar a agroindústria cadeia industrial agrícola significa implantar uma dependência forçada. Os pacotes tecnológicos tornam a terra dependente de agroquímicos muitos tóxicos, a desgastam e encarecem a atividade agrícola até tirar toda sua rentabilidade.<sup>13</sup>

A dependência imposta inclui programas de intensificação de cultivos, de caráter alienante e autoritário (em culto, dizem, de aumentar a produtividade e os rendimentos). São erradicados os modos e saberes ancestrais de manejo agrícola substituindo sementes ancestrais por toda uma gama de sementes de laboratório (híbridas e transgênicas), registradas e certificadas, compradas das corporações; se impulsiona promo-

ve a mecanização, e fertilizantes e venenos químicos. Em sua sentença, os jurados da audiência final do milho ressaltaram:

Quando a Revolução Verde se estendeu a zonas camponesas e ao milho, ocupou um lugar central de uma política que se empenhava explicitamente em expulsar aos camponeses do campo, para abastecer de mão de obra barata as cidades que haviam entrado em acelerado processo de industrialização. Ao mesmo tempo, se estendeu progressivamente o uso das sementes híbridas e seus agroquímicos nas zonas de agricultura temporárias de sequeiro isto é, não irrigada tradicionalmente cultivadas com sementes nativas ou crioulas.<sup>14</sup>

Manter grandes rendimentos só é possível espoliando um terreno depois de outro e concentrando sem respeito a terra, com a ideia de que tudo é descartável. São impostos padrões, normas de qualidade, sanidade alimentar e outros critérios “técnicos”, como “boas práticas agrícolas”, as Normas Oficiais Mexicanas (NOM), a Qualidade Suprema, e outras, que invocam para marginalizar os alimentos produzidos “por livres com liberdade”, privilegiando os produzidos sob controle das corporações, ainda que na prática sejam estes alimentos muito mais nocivos do que os populares.<sup>15</sup>

5. A guerra contra a subsistência implica privatizar saberes, conhecimentos e descobrimentos, o que leva ao extremo de privatizar mesmo a própria vida.

A propriedade intelectual, as patentes, os direitos de obtentor e todos seus esquemas associados de certificação, registro e catalogação (por exemplo de variedades vegetais) se estabelecem para criminalizar expressamente a manutenção e troca livre de sementes nativas ancestrais.<sup>16</sup> Essa criminalização é promovida pelas corporações e diversas associações, em cumplicidade com Estados e organismos internacionais através de sistemas de leis destinadas a deixar de fora todas as sementes NÃO registradas e certificadas por eles.

- 6 - Tribunal Permanente dos Povos, pre audiência de Tepoztlán, Colisión campo-ciudad Encontro [Conflito campo-ciudad], 24 de novembro de 2012; pré audiência de San Luis Beltrán, Oaxaca, La contaminación transgénica expresa encontrada en el maíz nativo mexicano [A contaminação transgênica expressa encontrada no milho nativo mexicano], abril de 2013; pré audiência de San isidro, Jalisco, Territorialidad, subsistencia y vida digna [Territorialidade, subsistência e vida digna], 28-30 de junho de 2013; pré audiência de Mani, Yucatán, Políticas de exterminio de del pueblo maya [Políticas de extermínio do povo maia], 10 de novembro de 2013; pré audiência Cultivos transgénicos, el caso de México con énfasis en el maíz [Cultivos transgênicos, o caso do México com ênfase no milho], México DF, 12 de novembro, 2013; Ver audiência complementar de Acatepec, Hidalgo, Devastación de la vida comunitaria [Devastação da vida comunitária], novembro 2013.
- 7 - Jean Robert: “Por un sentido común controversial”, em GRAIN, No toquen nuestro maíz, junho 2014, Ver Iván Illich, El trabajo fantasma. Obras completas, Tomo 2, FCE, México, 2008.
- 8 - Ver nota 6. Ditame Parecer presentado na pré audiência: Colisión campo-ciudad, Tepoztlán, Morelos, op cit.
- 9 - Ver Tenecia de la tierra e derechos agrários. Pdf, dezembro de 2003. [http://www.sagarpa.gob.mx/sdr/evets/s\\_m\\_jovenes/pdfs/1\\_eirr\\_sra.pdf](http://www.sagarpa.gob.mx/sdr/evets/s_m_jovenes/pdfs/1_eirr_sra.pdf).
- 10 - Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano e GRAIN: Reformas energéticas, despojo y defensa de la propiedad social de la tierra en México, biodiversidadla.org, 2014.
- 11 - “El Estado mexicano no reconoce los derechos de los pueblos indios”, Ojarasca 178, fevereiro de 2011.
- 12 - Ana de Ita, “La seguridad alimentaria como negocio”, La Jornada, 28 de abril de 2012. GRAIN, “Flujo de alimentos y TLC”, outubro de 2008, e GRAIN, “Las corporaciones siguen especulando con el hambre”, janeiro de 2009, [www.grain.org](http://www.grain.org).
- 13 - Ver “Permanent Peoples Tribunal Verdict against the Big six Agrochemical Companies: Syngenta, Bayer, Monsanto, Dow, Dupont, Basf”, Bangalore, Índia, dezembro de 2011, <http://www.gloobal.net/iepala/global/fichas/ficha.php?id=17107>
- 14 - Tribunal Permanente de los Pueblos, Dictamen sobre Violencia contra el Maíz, la Soberanía Alimentaria y la Autonomía de los Pueblos [Parecer sobre Violência contra o Milho, a Soberania Alimentar e a Autonomia dos Povos], terceira audiência temática no marco do processo de Libre Comercio, Violencia y Derechos de los Pueblos en México (2011-2014) [Livre Comércio, Violência e Direitos dos Povos no México (2011-2014)], México, 19-21 de novembro, 2013. ver [www.tppmexico.org](http://www.tppmexico.org).
- 15 - GRAIN, El gran robo de los alimentos [O grande roubo de alimentos] Editorial Icaria, 2013, [www.grain.org](http://www.grain.org)

*A arma mais extrema  
contra a produção  
independente de  
alimentos são os cultivos  
transgênicos: um  
controle genético,  
acompanhado de  
amarrado a marcos  
jurídico de propriedade  
intelectual e industrial.  
Nos últimos catorze 14  
anos, o governo assumiu  
varias estratégias para  
contaminar*

Na sentença da audiência final do Eixo Milho, os jurados apontaram: “as leis e o aparato judicial estão sendo utilizados para burlar princípios de direito e direitos fundamentais dos povos. A Lei de Sementes de 2007 converte em crime o que os povos têm feito por milênios para cuidar, melhorar, multiplicar e compartilhar suas sementes”.<sup>17</sup>

6. A arma mais extrema contra a produção independente de alimentos são os cultivos transgênicos: um controle genético, acompanhado de amarrado a marcos jurídicos de propriedade intelectual e industrial. Nos últimos catorze 14 anos, o governo assumiu varias estratégias para contaminar. Primeiro, ingressou com transgênicos nas regiões, intencionalmente e na contramão de forma sorrateira, logo a seguir minimizou os efeitos dos OGM, promulgou leis para promovê-los, negou que toda a América Central Mesoamérica é centro de origem, terminou com a moratória que existia contra o milho transgênico e começou a outorgar liberações de plantios piloto e experimentais no norte do país.<sup>18</sup> Em várias pré-audiências se demonstrou com provas científicas e monitoramentos comunitários, a dispersão da contaminação transgênica de milho e algodão camponeses em vários pontos do país (que é centro de origem de ambos os cultivos). Bem como a contaminação do mel por soja transgênica. Os efeitos de curto e longo prazo desta invasão transgênica são catastróficos para a biodiversidade, a agricultura, a produção de alimentos e a saúde da população, não só para o México, senão mas para o mundo, ao ser o milho um dos principais cultivos alimentares do mundo.<sup>19</sup>

Em sua sentença final o TPP afirmou: “O governo mexicano, deve adotar todas as medidas necessárias para garantir a conservação do milho nativo como fonte principal de alimentação e como elemento cultural de coesão e articulação social. Sendo México o reservatório genético deste pilar das segurança alimentar mundial, se deve proibir o plantio de milho

transgênico no país”.<sup>20</sup>

Em 2010, Pat Money, diretor do Grupo ETC disse: “Se vocês perderem a batalha no centro de origem do milho, então perderemos os centros de origem da biodiversidade agrícola em todo o mundo. Não podemos ganhar se vocês perderem”.<sup>21</sup>

No ditame parecer da pré audiência de San Luis Beltrán, Oaxaca, se avaliou como foi que o estabelecimento científico se somou fez conluio com a contaminação buscando torná-la irreversível. Os relatores do ditame parecer reuniram evidências “da forma em que como se procedeu à falsificação de provas, à distorção do método, à apresentação mentirosa dos resultados, à ocultação da informação. Se constituiu, assim, uma autêntica conspiração em que os funcionários do governo, as corporações privadas e os supostos cientistas realizaram atividades criminosas para ocultar a informação sobre a contaminação transgênica”.<sup>22</sup>

Desde outubro de 2012, e depois de várias tentativas, em 5 de julho de 2013, “um grupo de organizações da sociedade civil, cientistas e advogados” interpôs uma “Demanda de Ação Coletiva contra o plantio de milho transgênico no território mexicano”. Esta demanda ganhou “uma medida precatória liminar pedida enquanto se desenvolvia o julgamento e foi outorgada concedida em 17 de setembro de 2013. Graças a ela, todas as permissões para a liberação de plantios de milhos transgênicos em todo o país se encontram suspensas por mandado determinação judicial”.

Os prejudicados sustentam que o Estado mexicano incorre em desvio de poder pois algumas instâncias do governo e cinco empresas “promoveram 73 impugnações contra a Demanda e a Liminar até o 17 de setembro de 2014. Entre elas estão recursos de apelação, revisão, revogação, recusa e proteção”.<sup>23</sup> As próprias instâncias governamentais não pararam se demoram para respaldar as corporações com o objetivo de instaurar um instrumento de controle que, de modo automático, privatize não só uma variedade particular senão mas espécies completas e, com o tempo, a

16 - Alianza Biodiversidad, Red por una América Libre de Transgénicos, Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina, “Declaración de Yvapuruvu”, [www.biodiversidadla.org](http://www.biodiversidadla.org). Alianza Biodiversidad, Leyes de semillas y otros pesares, outubro de 2014. [www.grain.org](http://www.grain.org)

17 - Dictamen sobre Violencia contra el Maíz, la Soberanía Alimentaria y la Autonomía de los Pueblos, op.cit.

18 - Grupo ETC, El año de la gran contaminación, outubro de 2012, <http://www.etcgroup.org/es/node/185>

19 - Grupo ETC, Masacre del maíz mexicano, comunicado para a imprensa, 15 nov, 2012 <http://www.etcgroup.org/es/content/masa-cre-del-maiz-mexicano>

20 - Comunicado del Grupo ETC, “Tribunal internacional ético demanda la prohibición del maíz transgénico en México”. 5 de dezembro de 2014. <http://www.etcgroup.org/es/content/tribu-nal-internacional-etico-demanda-la-prohibicion-de-maiz-transgenico-en-mexico>

21 - Pat Mooney (Grupo ETC), “La FAO contaminada transgênicamente” [A FAO contaminada transgênicamente] em GRAIN, Coa, Casifop, El maíz no es una cosa [O milho não é uma coisa] 2012.

22 - Ver nota 6: parecer de Contaminação transgênica do milho nativo, San Luis Beltrán, Oaxaca, op.cit.





atividade agrícola completa. As ações legais do governo junto com as empresas, o desvio de poder que significam, portanto no entanto, se empenham em barrar tanto a mobilização como a suspensão promovida pela sociedade civil.

7. A concentração da água é promovida de maneira frenética. Se buscam mecanismos legais para romper a defesa das fontes de água nos territórios camponeses e indígenas. A desapropriação da água das comunidades locais conturbadas para as já integradas às cidades é tão extrema que uma parte importante da água que se deixa para as comunidades é fonte de doenças e envenenamento.<sup>24</sup>

8. Está em curso a expulsão de marejadas humanas ondas humanas gigantes de seus territórios, separando as pessoas, os coletivos, de suas fontes e meios próprios de subsistência. A expulsão às cidades ou aos centros agroindustriais, provoca um tráfico de pessoas para a mão de obra barata como

jornaleiros diaristas e operários. Crescem as áreas urbanas pelas populações pobres e precarizadas que aumenta chegam, o que recrudesce as exigências urbanas sobre o campo, exacerbando o ciclo vicioso entre ambos.<sup>25</sup>

9. A expulsão implica em um esvaziamento dos territórios e sua subsequente invasão para a mineração, desmatamento, e outros esquemas fraudulentos de especulação com o carbono e o oxigênio, como os serviços ambientais, REDD, as reservas da biosfera, que alienam o manejo do território e especulam com o cuidado ancestral das comunidades.<sup>26</sup>

10. As grandes empresas se apoderam de toda a cadeia de produção alimentar. Se distancia o ponto onde se produzem os alimentos do ponto onde se consomem. Se impõe a “integração vertical” do sistema agroalimentar industrial: um processo que atravessa a concentração da terra, a produção e uso de sementes de laboratório (incluídos os transgênicos) com pacotes de agrotóxicos, a

*Está em curso a expulsão de marejadas humanas ondas humanas gigantes de seus territórios, separando as pessoas, os coletivos, de suas fontes e meios próprios de subsistência.*

23- "Ampliação do expediente "De la simulación de protección de la diversidad del maíz al desvío de poder a favor de las transnacionales" [Da simulação de proteção da biodiversidade do milho ao desvio de poder em favor das transnacionais], apresentação da Demanda de Ação Coletiva contra o Milho Transgênico no México, documento submetido ao Tribunal Permanente dos Povos, capítulo México, setembro de 2014. [www.tppmexico.org](http://www.tppmexico.org)

24 - Andrés Barreda, "La catástrofe del agua en México sólo la explican las políticas del TLC" [A catástrofe da água no México só a explicam as políticas do TLC], Ojarasca 178, fevereiro de 2012.

25 - Sentencia final del TPP [Sentença final do TTP], novembro de 2014, op.cit,

*As comunidades revalorizam o papel de sua agricultura e sua produção própria, independente, “os cultivos ancestrais, as sementes nativas” e buscam manter seus jovens em suas comunidades e regiões para que a massa crítica de gente atuando e pensando desde a lógica da comunidade não se desgaste, não se perca, não se rompa. Sabem que necessitam abrir e reforçar, a como dá lugar através de todos os meios possíveis, os espaços de reflexão (como núcleo articulador da construção coletiva do saber e do entendimento geral do mundo e dos a fazeres o que fazer), a assembleia e a comunidade. E que os vínculos locais e regionais se fortaleçam.*

mudança do uso do solo, a devastação/desmatamento/concentração/abuso de solo e água, o transporte, processamento, empacotamento embalamento, armazenamento, e chega às grandes cadeias de comercialização de alimentos. Se condiciona e piora a sanidade alimentar, o preço e o acesso aos alimentos. Se desmontam os mercados locais em culto aos grandes concentradores de alimentos e às grandes cadeias de supermercados, rompendo as regiões e seus fluxos de troca mais profundos.<sup>27</sup>

11. Se impõe uma violência extrema contra múltiplos processos de longa duração – muito pertinentes – para comunidades e povos. Crescem as ameaças, as coerções, as prisões, as desapareições e os assassinatos de líderes comunitários, de gente de organizações civis camponesas e indígenas por mãos de grupos paramilitares e sicários mercenários, promovidos pelas empresas agrícolas, mineiras de mineração, florestais, de infraestrutura e outras, para atemorizar ou desaparecer com os opositores.<sup>28</sup>

Na pré audiência de Maní, Yucatán, os responsáveis pelos ditames pareceres enfatizaram:

Existe um processo muito mais amplo de concentração de terras e bens comuns, de destruição socioambiental e territorial e de aniquilamento dos tecidos sociais que faz parte de um plano orquestrado para a expulsão e esvaziamento dos territórios. O processo de expulsão também passa por um

mecanismo de destruição do tecido comunitário dos povos indígenas. O que se busca é fomentar a divisão comunitária e a cooptação dos líderes. (...) Às vezes cúmplice e outras protagonista, é quase impossível encontrar uma linha que divida os interesses do Estado e os dos empresários nacionais ou estrangeiros que desejam o território.<sup>28</sup>

A sentença final do Eixo de Milho e Soberania Alimentar, de novembro de 2013, estabeleceu que os danos que sofrem as comunidades “estão sendo exercidos mediante diversas formas de violência sistemática, cujo fim parece ser provocar terror geral e profundo, criando um ambiente de caos e provocando confusão e medo contínuos.<sup>30</sup>

**M**as a população resiste. Adquire perspectiva. Entende que “as comunidades camponesas e indígenas e os agricultores em pequena escala por hora produzem a parte mais substancial dos alimentos do mundo”, pese a pouca terra em nível mundial que mantêm, e pesem as condições de opressão que lhes tentam impor.<sup>31</sup>

O processo do Tribunal Permanente dos Povos abriu múltiplos espaços e vasos comunicantes onde a gente reunida refletiu e sistematizou o que lhes está ocorrendo. Foi entender juntos como transformar as condições que pesam sobre o povo. As comunidades revelaram revalorizam o papel da agricultura e sua produção própria, independente, “os cultivos ancestrais, as sementes nativas” e buscam manter sua juventude em suas comunidades e regiões para que a massa crítica de gente atuando e pensando desde a lógica da comunidade não se desgaste, não se perca, não se rompa. Sabem que necessitam abrir e reforçar a como dá lugar através de todos os meios possíveis, os espaços de reflexão (como núcleo articulador da construção coletiva do saber e do entendimento geral do mundo e dos a fazeres o que fazer), a assembleia e a comunidade. E que os vínculos locais e regionais se fortaleçam.

26 - Ibidem.

27 - El gran robo de los alimentos, op.cit.

28 - Ver nota 6, Dictamen de la Preaudiencia: Colisión Campo-Ciudad, op.cit.

29 - Ver nota 6, Dictamen de la preaudiencia de Políticas de exterminio contra el Pueblo Maya, Táan U Xu'Ulsaj K-Kuxtal, Maní, Yucatán, op.cit.

30 - TPP, Dictamen sobre Violencia contra el Maíz, la Soberanía Alimentaria y la Autonomía de los Pueblos, op.cit.

31 - Grupo ETC: “Quién nos alimentará: ¿la cadena industrial de producción de alimentos o las redes campesinas?” <http://www.etcgroup.org/es/content/quien-nos-alimentará,2013>; GRAIN, “Hambrientos de tierra”, <http://www.grain.org/es/article/entries/4956>



# O Calcanhar de Aquiles do INBio

Silvia Rodríguez Cervantes  
Rede de Coordenação em Biodiversidade

Ninguém põe em dúvida a importância do trabalho científico realizado pelo Instituto Nacional de Biodiversidade (INBio) desde sua fundação em outubro de 1989, mas sua forma de constituição (resumido nesta declaração de 1991: “... nós não somos nem privados nem do governo ... (mas) uma combinação do Estado e do mundo privado”)<sup>1</sup>, se converteu em seu calcanhar de Aquiles. Não se pode servir a dois senhores, diz a sentença bíblica e, frente a tal dilema, o INBio atendeu mais às exigências políticas e econômicas de quem lhe aportava fundos para se estabelecer como associação civil e não como um ente estatal (um verdadeiro instituto nacional), apesar de que as amostras para seu inventário e para a bioprospecção vieram, em sua maioria, de áreas silvestres nacionais protegidas.

Nós que recordamos aqueles anos de sua constituição, sentimos a necessidade de clarear várias coisas ao senhor René Castro, ex-ministro de Ambiente, em seu artigo “INBio: um debate ideológico de 25 anos”, (La Nación, 5 de dezembro de 2014). Primeiro, vamos nos referir ao modelo privado do INBio e seu papel infundado no controle da biopirataria. Em segundo lugar, ao caráter secreto de seus contratos e, por último, a seu fracasso como instituição privada que agora demanda o resgate estatal.

O senhor Castro diz que nos anos 90 tanto nos corredores da Universidade da Costa Rica como no Semanário Univesidad se falava que “o país seria vítima da biopirataria e da depredação de seu patrimônio biológico pela criação do INBio em 1989. O tempo demonstrou que não foi assim”.

Se bem que a biopirataria está um pouco mais controlada (não estou segura quanto à depredação do patrimônio biológico), não é pelo que o INBio fez ou deixou de fazer, mas porque em 1998 foi aprovada a Lei de Biodiversidade. Nesta lei, o INBio, como qualquer outro bioprospector, deve cumprir com uma série de obrigações, entre elas pedir permissão para a Comissão Nacional (esta sim, nacional) de Gestão da Biodiversidade, na qual o INBio não tem assento. Assim, a lei acabou com o papel que este instituto acreditava jogar em 1991, segundo



La Paz, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massü

declarações de seu diretor geral a um pesquisador em setembro deste ano, pouco depois de assinado o contrato INBio-Merck:

De hoje em diante, diz Gámez, teremos controle absoluto sobre aqueles a quem se permitirá operar nas áreas protegidas. Os biólogos terão que conseguir permissão e entregar amostras ao INBio de tudo o que coletarem.<sup>2</sup>

Como um instituto privado se atribuiu este direito se naquele momento estava vigente a Lei 4594, de 1970, sobre a duplicação de amostras com fins taxionômicos? A lei determina: Artigo 1º, Todo o cientista ou instituição que, pessoalmente ou em

representação, recolha material botânico, zoológico ou mineral com fins taxonômicos, em qualquer parte do território nacional, tem a obrigação de deixar duplicata de suas coleções na Universidade da Costa Rica e no Museu Nacional. Cerca de nove meses depois da entrevista do doutor Gámez, o convênio de Diversidade Biológica, aprovado na Cúpula da Terra em junho de 1992, e da qual Costa Rica faz parte desde 1994, em seu artigo 15, sufoca ainda mais as aspirações do INBio ao assinalar:

Em reconhecimento aos direitos soberanos dos Estados sobre seus recursos naturais, a faculdade de regular o acesso aos recursos genéticos cabe aos governos nacionais e está submetida à legislação nacional. (Grifo adicionado)

Desta forma, a natureza do INBio, como instituição privada mas com tentativas de se atribuir direitos fora de sua alçada, lhe fez cair em problemas bem pontuais. Sinalizo dois exemplos. O primeiro, com as autoridades do Museu Nacional ao pretender ser guardião de coleções centenárias, especificamente do herbário nacional, por um prazo indefinido, de maneira total e direta, inclusive propondo absorver, sob seu comando, os funcionários públicos do museu, responsáveis pelas coleções. Esta pretensão se baseava no fato que a fundação MacArthur, que financiava o instituto no projeto de Prospecção Química, “requer para o êxito rápido dos seus objetivos, conhecer e dispor de informação básica que derive, entre outras fontes, das coleções do Herbário Nacional”.<sup>3</sup>

Estas e outras cláusulas de um pretendido convênio INBio-Museu Nacional, foram totalmente inadmissíveis para as autoridades do museu e nunca foi assinado.

O segundo exemplo foi o caráter secreto dos contratos assinados pelo INBio, como aquele com a empresa farmacêutica Merck Sharp and Dome. O INBio só vazou algumas cláusulas, mas a informação sobre o número de amostras comprometidas provenientes das áreas silvestres públicas protegidas, se este contrato era exclusivo ou não, a percentagem sobre os eventuais royalties, e se os produtos seriam patenteados, foram zelosamente guardadas. Numerosos professores, professoras e estudantes de universidades, ONG, funcionários de instituições públicas e jornalistas – e não só “dois jovens profissionais” – denunciaram o acima exposto em fóruns e artigos em revistas e jornais – não só no *Semanario Universidad* – por estarem interessados em contar com informação para poder julgar o grau em que se havia, ou não, hipotecado o patrimônio nacional da biodiversidade. Nada se conseguiu

naquele momento, nem agora, sobre os resultados dos contratos. É evidente que o privado prevaleceu sobre o público.

Há quase dez anos, as finanças do INBio começaram a se desequilibrar e a situação foi piorando. Agora, a única esperança é o resgate estatal. Recordemos as declarações do diretor, doutor Rodrigo Gámez a um jornalista nacional em 1992. A tarefa monumental do INBio não pode ser realizada pelas instituições estatais já que a agilidade e as possibilidades de captar recursos são apropriadas para as empresas privadas e não para os governos, que cada vez cortam mais os orçamentos.<sup>4</sup>

Contraditoriamente, em 2013, seu mesmo diretor geral sinalizou, quando da necessidade urgente do apoio financeiro do Estado e a transferência das coleções do INBio:<sup>5</sup>

Estamos por descobrir se funciona este interessante híbrido com o Estado. Vemos isto como uma oportunidade para que o Estado assuma sua responsabilidade de administrar seu patrimônio natural.

Definitivamente, seu calcanhar de Aquiles foi ter desenhado o instituto nacional de biodiversidade como um ente de auréola pública, mas privado por natureza, porque assim demandavam seus financiadores. Não se levou em conta a possibilidade de que, com o passar do tempo, e sem maiores obrigações legais vinculantes, as contribuições privadas poderiam reduzir-se substancialmente e a receita própria oriunda dos produtos da bioprospecção e do fracasso econômico do INBio praticamente não apareceriam. O outro componente da equação inicial, o Estado, ao qual se havia menosprezado como um ente passivo, se converte, agora, em tábua de salvação, ao qual se exige o resgate do INBio. Quem, agora, determinará as condições: o INBio ou o Estado, com suas limitações financeiras?

Janeiro de 2015

#### Notas:

- 1 - Janzen, D. Conferência aos estudantes de doutorado de Biologia da Conservação. Universidade de Wisconsin – Madison. Abril de 1991. Madison, WI. EUA.
- 2 - Joyce, Christopher. Prospectors for tropical medicines [Prospecção para medicina tropical]. *New Scientist*. 1991, Vol. 132, número. 189, pág. 36-40.
- 3 - Alfaro, Rita, Coordenadora do Departamento de Bases de Dados do INBio. Carta dirigida ao MSc. Pablo Sanches, Coordenador do Departamento de História Natural do Museu Nacional. 24 de maio de 1991. Santo Domingo de Heredia, Costa Rica.
- 4 - Sánchez V., Aquileo. Patrimonio nacional cae en manos privadas [Patrimônio Nacional cai em mãos privadas]. Em: *La República*, 6 de abril de 1992. San José, Costa Rica, 5-A
- 5 - Vargas, Alejandra. INBio inició campaña por donaciones [INBio iniciou campanha por doações]. *La Nación*, 9 de março de 2013.



# No México, há uma guerra contra os jovens

Hermann Bellinghausen

Uma declaração de guerra. Não será um século de guerras convencionais, mas já é e, pelo visto, assim seguirá, um período histórico de guerras declaradas ou não declaradas por água, petróleo, vento, terras. Porque um deus ou porque outro, pelo caminho de um negócio. Estas guerras adotam distintas formas conforme ocorrem no chifre da África [o nordeste africano], no maciço central asiático, Ucrânia, Paris ou Palestina. Na nossa América violenta, dois países sofrem guerras internas não tão civis que, por trás da aparência de uma coisa (combate ao crime), significam outra: o Estado contra seu povo. Muita terra se disputa na Colômbia e no México. Também existe disputa e defesa territorial na Amazônia e nos países que a contém, na Araucânia, no Petém, mas não generalizemos. A Colômbia passa por um impasse após “tirar” das cidades o terror criminoso, e manter negociações com a poderosa e velha guerrilha. No entanto, segue a guerra silenciosa, paramilitar, contra-insurgente, pelos territórios indígenas e rurais a favor da mineração (uma das mães favoritas das guerras) e pelos inesgotáveis lucros do narcotráfico.

No México, a guerra aparece disfarçada, mas coincide em suas metas de exclusão. O zapatismo em Chiapas vem, a 20 anos, denunciando uma guerra de extermínio contra os povos índios, que, se recordarmos, foi precedida pelo desmantelamento constitucional, em 1992, das leis agrárias conquistadas pela



Los graduados, La Paz, 2014. Foto: Nadja Massú

Revolução Mexicana. Tal investida foi desmascarada pelos mascarados maias no sudeste. A Declaração da Selva Lacandona do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em 1994, se levantava contra esta guerra. Foi a primeira resposta a uma guerra do Estado que se aprofundava. Uma que os povos não começaram e nem buscavam. A militarização de seus territórios, não só em Chiapas, hoje é uma realidade estabelecida, “normal”, que está na base do conflito “irregular” inspirado nos manuais convencionais do Pentágono.

Outra guerra, ou uma manifestação da mesma em outro âmbito, é a que o Estado e os poderes de fato sustentam contra os jovens: estudantes, trabalhadores nas maquilas, diaristas, desempregados, migrantes. Da mesma forma que a que sofre a

população rural e indígena, esta se origina em um desmantelamento constitucional e sua sequência de reformas adiadas da educação pública, livre, laica e gratuita. Em essência, a guerra contra a juventude, similar à que o poder faz contra as comunidades originais, é de exclusão.

O massacre de Iguala, em setembro de 2014, e o desaparecimento de 43 estudantes (menos um, que “apareceu” entre as cinzas) constitui uma declaração de guerra. Como nas montanhas do Chiapas, se desenvolve em um contexto regional específico e projeta uma sombra de repercussão nacional, além de seu inusitado impacto internacional que, como vinte anos antes, fez o Estado ficar muito mal. Não mudam as políticas de guerra do governo (e dos criminosos, no caso de Guerrero), nem o despres-

tígio do sistema político já é suficiente para uma reformulação cidadã da administração nacional.

Por enquanto, a violência em Guerrero continuará com ênfase político, em um âmbito criminoso necessário para os que promovem a guerra. Uma revelação maior por trás das hostilidades desencadeadas na noite do 26 de setembro passado é que a juventude está na mira. Em Guerrero, são descaradas todas as guerras: a criminosa, a de combate aos índios, a paramilitar. Também contra os jovens, a coisa é nacional.

**Pela porta da dor.** Nos anos 1960, quando a juventude se manifestava pela primeira vez como um ator político com iniciativa, também se tornava alvo da publicidade, em um nicho do consumo. Inicia então a corrida dos meios massivos e da publicidade para deter o impulso contestatório das novas gerações e fazer negócio, rivalizando na façanha com a educação formal. Desta esta data, a sinalização do escritor Carlos Monsiváis, de que a verdadeira Secretaria de Educação Pública no México é a empresa de mídia Televisa. Com o passar dos anos, a educação formal, sobretudo a pública, perdeu para as empresas de entretenimento e propaganda mercantil, proverbialmente alienadoras em todo o mundo.

Para os administradores nacionais do ciclo neoliberal, iniciado nos anos 80, a educação pública, com seus vícios socialistas, deixou de ser prioritária e apostaram na educação privada, elitista, de preferência, católica. (A imprensa cor-de-rosa acaba de informar que a filha do presidente Enrique Peña Neto debutou na Universidade Anáhuac, a dos Legionários de Cristo, a fundada

pelo padre Maciel. Bem, daí procedem muitos funcionários atuais e os filhotes da casta empresarial.) O Estado privilegia, decididamente, os jovens das classes ricas e, em parte, das médias que podem pagar os serviços educativos de onde saem os futuros pós-graduados em universidades norte-americanas como os que hoje conduzem o governo, a economia e as relações internacionais. Daí o alinhamento do governo com a esfera de Washington, e o distanciamento das experiências soberanas no continente, com Cuba à frente, e nossa história de solidariedade com os povos do Chile e Nicarágua, os exilados da Argentina e Uruguai, e a perda de legitimidade diplomática nos processos de paz (Guatemala, El Salvador). O México é o grande ausente na promoção soberana de outras nações latino-americanas.

O direito à educação do povo carece de valor para os neoliberais, entregues à corrupção e ao desmantelamento das leis. Este abandono é parte do plano e incide na desintegração familiar e comunitária, na crise de identidade e de valores humanistas, potencializadas pela migração massiva de pais e mães que deixam a crianças e jovens na solidão e na falta de afeto. Ele coincide com a instalação do crime organizado nessas mesmas populações, do medo, da insegurança e da má educação propiciada pelo sistema.

Os povos indígenas, ao emergirem como atores centrais da Nação no final do século passado, visibilizaram o esquecimento histórico. Hoje, salta aos olhos que a juventude está abandonada, desinformada, manipulada ou sequestrada, mas não descerebrada. Herda a experiência de 68 de ação juvenil comprometida, que na presente

década aparece com força quase desesperada. Aproveitando as novas ferramentas de comunicação, os jovens agredidos organizam seu despertar e compartilham em grande escala. Seu descontentamento encontra novas avenidas para exigir justiça e democracia verdadeiras.

Nada mais oposto aos desígnios neoliberais do que as Escolas Normais Rurais, como a de Ayotzinapa. Sua estrutura popular, seu ideário socialista, sua proximidade com as práticas agrícolas que as transnacionais e os governos buscam erradicar. Para o poder, representam um estorvo e uma ameaça. O crime cometida contra seus estudantes indígenas confirma que a guerra neoliberal vai contra estes jovens e contra quem se mova a favor deles.

A investida contra a educação pública encontra obstáculos respeitáveis nas universidades públicas. Mas o trauma pelo massacre de Iguala atingiu todos os cantos do sistema educativo, e pode se dizer que nenhum estudante deixou de se sentir agredido, ofendido e ameaçado pelo que ocorreu aos alunos da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos, de Ayotzinapa. As mobilizações de multidões, em dezenas de localidades, durante os últimos meses de 2014, envolveram uma diversidade de tipos de estudantes. O horror e a indignação são generalizados. A repressão e a hostilidade estrutural evidenciaram para os jovens do México que a guerra é contra eles. Os sequestros de meninas adolescentes, os feminicídios, as matanças, as execuções e o dilema quadrilha ou morte representam distintas frentes de uma mesma guerra. Pela porta da dor, ingressam no ciclo mundial de protestos contra as depredações do poder.



# A solução para as mudanças climáticas está em nossas terras

Via Campesina e GRAIN

No momento em que os governos convergem na Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU em Lima, Peru, o brutal assassinato<sup>1</sup> do ativista indígena peruano Edwin Chota e outros três homens do povo ashaninka, em setembro passado, demonstram de forma clara<sup>2</sup> a conexão<sup>3</sup> entre o desmatamento e os direitos indígenas ao território. A verdade é muito clara e está à vista: a forma mais efetiva de evitar o desmatamento e os impactos no clima é reconhecer e respeitar a soberania dos povos indígenas sobre seus territórios.

Os violentos conflitos agrários no Peru<sup>4</sup> também demonstram com clareza outro assunto de igual importância para a crise climática, e que já não podemos ignorar: a concentração da terra em poucas mãos.

No Peru, as pequenas unidades agrícolas, de menos de 5 hectares, representam 78% de todas as unidades agrícolas do país, mas ocupam menos de 6% das terras agrícolas. Esta perturbadora cifra espelha a situação global.<sup>5</sup> Em nível mundial, as pequenas unidades agrícolas são 90% de todas as unidades, mas ocupam menos da quarta parte das terras agricultáveis. Estas são muito más notícias para a crise climática.

A expulsão dos povos originários de seus territórios abriu caminho para uma exploração insustentável e destrutiva, e a expropriação das terras camponesas assentou as bases para um sistema agroalimentar industrial que, entre outros muitos efeitos negativos, é responsável por 44-57% das emissões de gases de efeito estufa.<sup>6</sup>

A alimentação poderia não ter o peso excessivo que tem na crise climática. O GRAIN calcula que uma redistribuição mundial de terras aos camponeses e às comunidades indígenas, articulada com políticas que fomentem o comércio local e cortem o uso de químicos, pode reduzir pela metade<sup>7</sup> as emissões globais de décadas e barrar significativamente o desmatamento.

Somente com a reconstituição da matéria orgânica que se foi extraindo do solo durante décadas de agricultura industrial, os camponeses poderiam devolver ao solo um quarto de todo o dióxido de carbono excedente<sup>8</sup> que agora está na atmosfera. Restituir a terra às comunidades indígenas e camponesas é, também, o modo mais efetivo de enfrentar o desafio de alimentar a uma crescente população mundial em uma época de caos climático. Os dados globais disponíveis mostram que os pequenos produtores são mais eficientes<sup>9</sup> na produção de alimentos que as grandes plantações. Com a pouca terra que mantém, os camponeses e as comunidades indígenas continuam produzindo a maior parte dos alimentos do mundo<sup>10</sup> – 80% da comida dos países “em desenvolvimento”, diz a FAO. Inclusive no Brasil, uma potência da agricultura industrial, as pequenas unidades ocupam um quarto da terra agrícola mas produzem 87% da mandioca do país, 69% do feijão, 59% dos porcos, 58% dos lácteos, 50% dos frangos, 46% do milho, 33,8% do arroz e 30% do gado.<sup>11</sup>

É possível enfrentar a dupla urgência de alimentar o mundo e esfriar o planeta. Mas nada será feito se a reunião dos governos em Lima continuar ignorando e reprimindo com violência as lutas dos povos originários e camponeses em defesa de seus territórios.

1 - Andrew C Revkin, "Can Peru control the murderous resource rush on its forest frontiers?", The New York Times, 10 de outubro de 2014.

2 - Jonathan Watts, "Spotlight on murders of activists as Peru prepares for Lima climate talks", The Guardian, 17 de novembro de 2014.

3 - Ann Clark Espuelas, "On eve of climate talks in Lima, assassinations of indigenous leaders loom large", The Huffington Post, 19 de novembro de 2014.

4 - Global Witness, "El ambiente mortal de Perú", novembro de 2014.

5 - GRAIN, "Hambrientos de tierra: los pueblos indígenas y campesinos alimentan al mundo con menos de un cuarto de la tierra agrícola mundial", maio de 2014.

6 - Rani Molla, "How much of world's greenhouse-gas emissions come from agriculture?", The Wall Street Journal, 29 de setembro de 2014.

7 - GRAIN, "Alimentos y cambio climático: el eslabón olvidado", setembro de 2011.

8 - Ibid.

9 - GRAIN, "Hambrientos de tierra".

10 - Ibid.

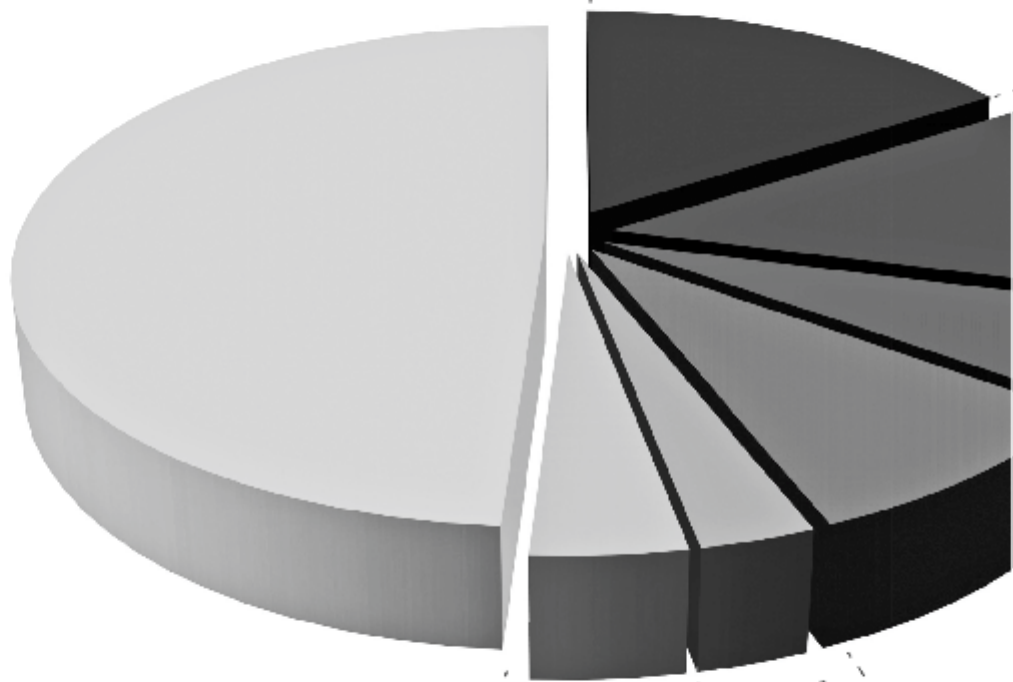
11 - Ibid.

# Como o sistema alimentar agroindustrial

Entre 44 e 57% de todas as emissões de gases de efeito

20

Outras emissões não relacionadas com a alimentação: 43-56%



## Desmatamento: 15 –

Antes de começar a plantar, os tratores de todo o mundo, a agricultura industrial em nos banhados e nas matas revolvendo enormes quantidades de terra. A FAO diz que a expansão da fronteira agrícola é responsável por 70% do desmatamento mundial, do qual pelo menos metade ocorre para produzir poucas mercadorias para exportação. A agricultura industrial é responsável por 18% das emissões de GEE devido ao desmatamento que promove.

## Desperdício: 3-4%

O sistema alimentar industrial descarta quase a metade de toda a comida que produz. Vai perdendo nas longas viagens entre as propriedades rurais e os comércios intermediários, entre estes e os processadores, até chegar ao comércio a varejo e aos restaurantes. Muito deste desperdício apodrece nas pilhas de lixo e nos aterros sanitários, produzindo quantidades substanciais de GEE. Entre 3,5 e 4,5% das emissões globais de GEE procedem dos desperdícios, e mais de 90% destes são produzidos por materiais e substâncias originadas no sistema alimentar.



## Refrigeração e venda a varejo: 2-4%

A refrigeração é o pivô dos modernos sistemas globais de aquisição e distribuição de alimentos nos supermercados e cadeias de comidas [junkfood]. Onde quer que vá ao sistema alimentar industrial, aí vai também a "cadeia dos frios" (a cadeia de abastecimento a temperatura controlada). Se o resfriamento é responsável por 15% de todo o consumo de energia a nível mundial, e dado que os vazamentos das substâncias químicas que refrigeram são uma fonte importante de GEE, podemos dizer que a refrigeração dos alimentos dá conta de 1-2% de todas as emissões de gases de efeito estufa. A venda a varejo dá conta de outros 1-2%.

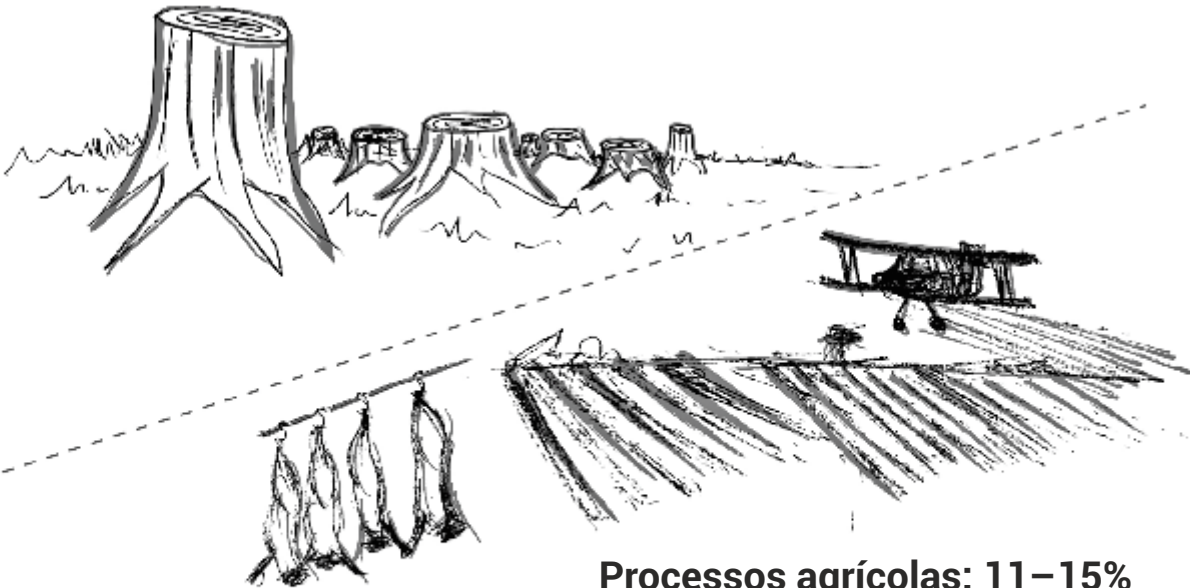


# Qual contribui para a crise climática

O estufa (GEE) vêm do sistema agroalimentar global

**18%**

desmatam. Em  
ra nas savanas,  
normes  
ansão da  
90% do  
nos a metade  
agrícolas de  
onsável por 15  
desmatamento



23

## Processos agrícolas: 11–15%

É comum reconhecer que os processos agrícolas, por si mesmos, contribuem com 11–15% de todos os GEE produzidos globalmente. A maioria destas emissões resulta da utilização de insumos industriais – fertilizantes e agrotóxicos –, do combustível para mover tratores e equipamentos de irrigação, e do excesso de excremento gerado na criação intensiva de animais.

## Transporte: 5–6%

Na prática, o sistema alimentar industrial atua como agência mundial de viagens. Os ingredientes utilizados nas rações animais podem ser cultivados na Argentina para alimentar frangos que são exportados do Chile para a China para serem processados e, no final, consumidos em um McDonald's nos Estados Unidos. Muita da nossa comida, produzida em condições industriais em lugares distantes, viaja milhares de quilômetros antes de chegar ao nosso prato. Podemos calcular (de um modo conservador) que o transporte de alimentos é responsável por uma quarta parte das emissões de GEE relacionadas ao transporte, ou seja, 5-6% do total das emissões globais de GEE.

## Processamento e embalagem: 8–10%

O processamento é um passo extremamente rentável da cadeia alimentar industrial. A transformação dos alimentos em pratos prontos para consumir, em sanduíche, petiscos e bebidas requer uma enorme quantidade de energia, sobretudo em forma de carbono. O mesmo ocorre com o embalagem e o enlatamento destes alimentos. Processar e embalar permitem que a indústria alimentar entupa as prateleiras dos supermercados e as lojas de conveniência com centenas de formatos e marcas diferentes, o que gera uma enorme quantidade de emissões de gases de efeito estufa: entre 8 e 10% das emissões totais.



# A soberania alimentar: 5 passos para esfriar o planeta e alimentar a população

22



**1. Cuidar do solo.** A equação alimentos/clima tem sua raiz na terra. A expansão de práticas agrícolas insustentáveis conduziu durante todo o século passado à destruição de 30-75% da matéria orgânica das terras aráveis, e 50% da matéria orgânica das pastagens e pradarias. Estas perdas massivas de matéria orgânica são responsáveis por 25-40% do

excesso atual de CO<sub>2</sub> na atmosfera. No entanto, este CO<sub>2</sub> na atmosfera pode ser devolvido ao solo se restaurarmos as práticas que as comunidades camponesas mantiveram por muitas gerações. Se em nível mundial existirem as políticas corretas e os incentivos apropriados, seria possível recuperar os níveis de matéria orgânica que existiam no solo antes do advento da agricultura industrial (em cerca de 50 anos, que mais ou menos correspondem ao lapso de tempo de sua destruição). Isto compensaria cerca de 24-30% de todas as emissões atuais de GEE.

**2. Cultivo natural, SEM químicos.** O uso de químicos nas granjas industriais cresce todo o tempo, e os solos se extenuam, e as pragas e as ervas ficam resistentes aos inseticidas e aos herbicidas. Porém, o campesinato, em

tudo o mundo, mantém seus saberes e uma diversidade de cultivos e animais para trabalhar, produtivamente, sem utilizar químicos. Diversificam seus sistemas com policultivos, integram a produção agrícola e animal, e incorporam árvores e vegetação silvestre. Estas práticas aumentam o potencial produtivo da terra porque melhoram a fertilidade dos solos e evitam a erosão. A cada ano, aumenta a matéria orgânica acumulada no solo, o que torna possível produzir mais e mais comida.



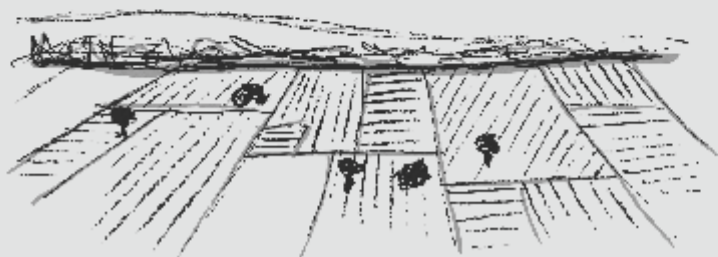
**3. Reduzir a quilometragem e nos focar em alimentos frescos.** A lógica corporativa que transporta alimentos por todo o mundo e de retorno, não tem nenhum sentido desde nenhuma perspectiva. Esta comercialização global que vai da abertura de grandes corredores de terra e mata para produ-



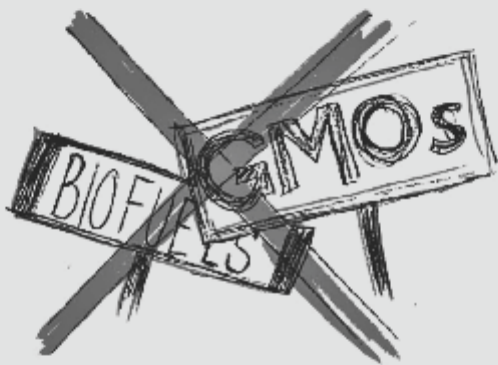
zir matérias primas agrícolas para exportação à venda de alimentos congelados nos supermercados, é o principal responsável pelas emissões de GEE procedentes do sistema alimentar. Este sistema poderia reduzir suas emissões de GEE se a produção alimentar se reorientasse para mercados locais e alimentos frescos, se distanciando da carne barata e da comida processada. Chegar a isso é, quem sabe, a luta mais dura de todas, porque as corporações e os governos estão muito envolvidos em expandir o comércio de alimentos e bebidas.

#### 4. Restituir a terra aos camponeses e frear as megagrânjas.

Nos últimos 50 anos, cerca de 140 milhões de hectares – algo semelhante a quase toda a terra agrícola da Índia – foi concentrada por quatro cultivos que, sobretudo, crescem em enormes plantações: soja, dendê, canola e cana de açúcar. A área global onde se plantam estes cultivos (e outros, como o milho para fins industriais), que são todos notáveis emissores de gases de efeito estufa, crescerá se não mudarmos as políticas relacionadas. Hoje, os camponeses e pequenos produtores foram espremidos em menos de uma quarta parte de toda a terra agrícola e, no entanto, continuam produzindo a maior parte dos alimentos do mundo: 80% da comida nos países não industrializados, segundo a FAO. Os camponeses produzem estes alimentos com muito maior eficiência do que as grandes plantações, e de modos muito melhores para o planeta. A distribuição mundial das terras em benefício dos pequenos agricultores pode reduzir as emissões de GEE pela metade, em poucas décadas, se combinada com políticas que lhes ajudem a reconstituir a fertilidade do solo, e com políticas que fomentem o comércio local.



23



5. **Não mais falsas soluções**, vamos ao que funciona. Cada vez se reconhece mais que os alimentos são centrais para a mudança climática. Os informes recentes do IPCC e as convenções internacionais admitem que os alimentos e a agricultura são agentes importantes de emissões de GEE e que a mudança climática implica em tremendos desafios para nossa capacidade de alimentar a uma população global crescente. No entanto,, a vontade política de desafiar o modelo dominante de produção e distribuição industrial de alimentos é nula: os governos e as corporações seguem nos apresentando falsas soluções. O

casco vazio da agricultura climaticamente inteligente não é mais do que dar novo nome à Revolução Verde. Existem novas e arriscadas tecnologias como os cultivos com modificação genética para resistir à seca ou os projetos em grande escala da geoengenharia. Existem disposições legais para produzir agrocombustíveis, o que impulsiona a concentração de terras no Sul. Há os mercados de carbono e os projetos de REDD+, cuja essência é permitir que os piores transgressores e contaminadores com GEE evitem a redução de suas emissões, convertendo as matas e terras agrícolas dos camponeses e povos indígenas em parques de conservação e plantações. Nenhuma destas “soluções” pode funcionar porque todas trabalham contra a única solução efetiva: fazer uma virada – do sistema agroalimentar industrial, governado pelas corporações, aos sistemas alimentares locais que estão nas mãos das comunidades camponesas.

### Sem exagêros e muito comunitários, os povos do Equador se mantêm vivos e alertas

Fernanda Vallejo

*“Alegria seria para mim, já que me negais todas as outras coisas que pedi a vossos mensageiros, que, ao menos, me concedesses uma só, e é que me falassem através de um intérprete mais fiel. Digo isto porque não consigo entender as palavras que falastes e que este mensageiro de confiança me disse, porque a lógica não corresponde; porque tendo de tratar de paz, amizade e irmandade perpétua e, ainda, de parentesco, como me disseram os outros mensageiros, soa, agora, o contrário tudo o que este Felipillo me disse, que vós nos ameaçais com guerra e morte, com expulsão e destruição, e que, por força ou por vontade, terei que renunciar a meu reino e tornar-me vassalo de outro.”<sup>1</sup>*

24

Cinco séculos passaram desde que Atahualpa pronunciou estas palavras frente a seus capturadores, pouco antes de ser vítima de um dos atos terroristas mais cínicos da história, que ainda permanece na impunidade. E apesar de tanto tempo transcorrido, não podem ser mais pertinentes estas palavras na atualidade, frente ao socialismo do século XXI. Já faz quase dez anos que a promessa de uma sociedade mais justa, buscada com luta e resistência frente à brutalidade neoliberal, passou perto dos povos, quase encostando neles, como um pequeno remanso depois de uma longa, longa caminhada.

Entretanto, depois de um breve recesso, a sinistra marcha de um sistema que se mimetiza e desmonta palavras e sentidos vem deixando um rastro de medo, subjugação e vergonha. Nenhuma ação, nem investimento, nem política pública – que, diga-se de passagem, não é mais que a obrigação de um Estado com a riqueza que produz o povo-, se dirigiu, realmente, a construir esta sociedade justa, humana, diversa e plurinacional, esta onde caibamos todos e todas. Esta, pela qual o povo vem lutando.

Muito pelo contrário, o que o Equador encontrou foi uma gigantesca niveladora que, em nome do progresso, destinou todas as suas energias à exclusão da população – todos os povos – que habitamos este país, ao disciplinamento civilizador, à negação de nossa história construída e recuperada com firmeza, e à espoliação abusiva de territórios, bens comuns, saberes, formas autônomas, solidárias e recíprocas de fazer nossa vida.

Encolhidos nas palavras e reivindicações dos movimentos indígena e social, com sua armadura de

tecnocracia, receitas desenvolvimentistas, dádivas convertidas em políticas, fórmulas legalistas e, até, violência direta, os que se criaram dentro das organizações, investem contra os setores populares e os povos originários, inflingindo um golpe atrás de outro, sem deixar evidência do dano. Mas, estes mesmos povos perceberam logo, e observam e interpelam. Por isso não deixaram de resistir, denunciar, desacatar, recordar. Por isso, são os únicos que vão a juízo e são presos, são os que puseram vidas preciosas, invisibilizadas pelo controle midiático.

E se tudo isto fosse pouco, em um ato de impertinência estúpida, fruto de sua incapacidade de entender a história verdadeira, a dos povos, o presidente Correa ordena a funcionários – que às vezes cresceram a partir do movimento indígena – a estes “felipillos”, que a Conaie desocupe suas instalações dadas em comodato a 25 anos.

Provavelmente seja difícil de explicar e, mais ainda, de entender, como um imóvel pode desencadear tanta agitação, quando existem tantas razões mais profundas acumuladas. Talvez, porque o ato condensa todos os danos e se atreve a colocar-se no mundo simbólico, este que dói mais do que a fome e o maltrato. Tão soberba necessidade insulta demais e se faz necessário reprender ato tão torpe sustentado em argumentos tão espúrios. Por enquanto, os funcionários tiveram que dar um passo atrás, recorrendo novamente ao instrumental burocrático como argumento.

No fim do dia, ficamos com os índios, com sua capacidade interminável de reunir, acolher, escutar, entender. Com a força imemorial de sua razão histórica, de pouco falar e muito fazer. Este incidente permitiu reagrupar novamente os setores populares dispersos e intimidados. Foi um grande pretexto para juntar os povos e recordar suas resistências, renovar seus compromissos de longo prazo e voltar a se encontrar logo para reiniciar as resistências com novas forças. Tudo isto fizeram muito à sua maneira: recordando suas histórias de luta que se organizaram a partir desta casa, quando se multiplicavam os pães e os peixes e se cozinhava para centenas de milhares, e os escritórios se transformavam em dormitórios, mas também cantando e rindo muito do poder e de suas maneiras endurecidas. Sobretudo, caminhando, como sempre, por todo o país, pelas avenidas onde se levantam os símbolos da espoliação, na cara dos monopolizadores, recordando a eles que aí estão e seguirão, porque não tem prazos nem pressa. Sem exagêros e muito comunitários.

1 - Garcilazo de la Vega - Cap. XXIV, Livro 1º da 2ª parte  
Comentarios Reales de los Inkas, 1587.



Equador:

### A ameaça da mineração sobre Intag

**A** região de Intag, localizada no oeste da província de Imbabura, enfrenta, há décadas, a ameaça da mineração de metais em grande escala, pelo descobrimento de grandes jazidas minerais, sobretudo de cobre. Intag contribuiu por mais de 30 anos com a matéria prima para a fabricação do cimento Selva Alegre, com o qual praticamente foi construída a serra norte do Equador.

Os benefícios da mineração não são vistos em nenhum lugar, mas, os impactos ambientais e sociais derivados da exploração mineira em Selva Alegre estão à vista. Uma mina de ouro de media magnitude é explorada também nesta região há 15 anos: a empresa Agroindustrial El Corazón também não deixou nenhum benefício para as comunidades. Pelo contrário, o rio Verde, que recebe as descargas desta mina, se encontra muito contaminado. Apesar da mina estar em El Corazón, este povoado é um dos mais pobres da região

Apesar dos antecedentes, assim como todos os governos passados, a revolução cidadã liderada por Rafael Correa definiu, em seus planos de desenvolvimento mineiro, a exploração da jazida Junín e a Cordilheira de Toisán.

**A** jazida de Junín, descoberta por uma agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA e pelo governo equatoriano, compreende uma mina de 318 milhões de toneladas com conteúdo de 0,7% de cobre e 0,4% de molibdênio, quer dizer cerca de 2,2 milhões de toneladas de cobre comercial e pouco mais de 300 de molibdênio. Trata-se de uma jazida cujos impactos sociais, ambientais e

econômicos foram claramente detalhados pelo Estudo de Impacto Ambiental realizado pela JICA em 1996. Este documento é a base sobre a qual as comunidades de Intag se organizaram para se informar mais, informar a população em geral e começar uma longa luta pela defesa do território.

Até hoje, Intag enfrentou duas multinacionais (Mitsubishi e Ascendant Copper [hoje Copper Mesa Mining]) e 9 governos consecutivos que tentaram explorar esta jazida. Em todas as ocasiões o povo de Intag saiu vitoriosos, mas com impactos negativos para a paz social e a unidade familiar e comunitária: os dirigentes tiveram que fazer frente a mais de 17 processos penais, perseguições, agressões, ameaças e prisões ilegais, a comunidade enfrentou a máfias de narcotraficantes, e grupos paramilitares contratados pelas mineradoras, para conseguir acesso à jazida, invadiram 2.500 hectares de terras e matas das comunidades e criaram, durante anos, um ambiente de intranquilidade. As ofertas econômicas dos governos e das empresas dividiram a comunidade e as famílias. Como se fosse pouco, as perfurações realizadas em 1995 pela Bishimetals, subsidiária da gigante japonesa Mitsubishi, trouxeram para a superfície água com altos conteúdos de arsênico que, ainda hoje, está contaminando as fontes de água de uso humano da comunidade de Junín, com desconhecidos e imprevisíveis impactos sobre a saúde.

**A** luta das comunidades de Intag são um exemplo. Da resistência se passou à proposta de construir um novo modelo de desenvolvimento. Muitas iniciativas econômicas, produtivas, organizativas, de conservação, surgiram e tiveram êxito, demons-

trando que é possível viver dignamente no campo sem destruir a mãe terra. Entretanto, os governos e o capital transnacional de mineração seguem tentando se apropriar deste território.

Em julho de 2011, a mineradora estatal chilena Codelco anunciou seu interesse em desenvolver projetos de mineração de media e grande escala no Equador, e informou sobre as ações realizadas para acessar a concessão El Palmal, localizada a poucos quilômetros de Junín. Agora, como afirma em uma nota do El Comercio, bastante neutro em sua postura, “A Empresa Nacional Mineira (Enami EP) e a chilena Codelco receberam o visto da autoridade ambiental para retomar as atividades de exploração avançada no projeto de extração de cobre Llurimagua. Este projeto de mineração está localizado nas paróquias García Moreno e Peñaherrera, no distrito de Cotacachi, em Imbabura, e tem uma superfície de 4.839 hectares. Companhias como a japonesa Bishimetals e a canadense Ascendant Cooper tentaram avançar para a exploração destas jazidas, mas os trabalhadores foram desalojados e suas instalações incendiadas ou destruídas. Ainda assim, chegaram a realizar 9.739 metros de perfurações que buscavam determinar o lugar da jazida e uma maneira eficiente de explorá-la. Com a licença ambiental, a Enami e Codelco poderão realizar novas explorações com base na análise que deixaram as empresas anteriores, com o objetivo de determinar se a exploração é economicamente factível.

Hoje, como naquela época, as populações de toda a região seguem em resistência contra a mineração.

Com informação da Coordenadoria Regional Intag <http://coordinadorazonalintag.blogspot.mx/p/intag.html> e El Comercio.

### Acabou a água nas maiores cidades do Brasil. De quem é a culpa?

*Uma crise hídrica que se arrasta por mais de um ano ameaça colapsar o centro econômico do país. Enquanto governantes exigem sacrifícios dos moradores das cidades, o desenvolvimentismo extrativista continua vitimando a natureza e suas fontes de vida.*

26

Verena Glass<sup>1</sup>

O Brasil detém cerca de 12% das reservas de água doce no mundo, mas secas e graves crises de estiagem são fenômenos com os quais o país convive há tempos. Problema crônico na região Nordeste, a falta de água ciclicamente tem ocupado o debate político e a mídia nacional quando atinge níveis de calamidade social e econômica; mas quando são as torneiras no estado de São Paulo - o mais rico do país com cerca de 44 milhões de habitantes - que secam sem previsão de solução, o problema atinge outros patamares no debate nacional. As conseqüências de uma das piores crises hídricas da história, vivida neste momento no país, ainda não são

mensuráveis.

Apesar de a seca castigar, de forma inédita, todos os estados da região sudeste do Brasil – cerca de 133 municípios, responsáveis por 23% do PIB nacional, sofrem com falta de água -, tomemos como exemplo emblemático a capital paulista: em São Paulo, a sétima maior cidade do mundo, o principal reservatório que abastece seus habitantes se esgotou por completo.<sup>2</sup> Sem ter como lidar com o problema, o governo anunciou que simplesmente deixará de fornecer água a cerca de 5 milhões de casas durante 5 dias na semana.

Desde o início de 2015, o que se tem visto em São Paulo são restaurantes refinados servindo em pratos e copos de plástico descartáveis, bares fechados em pleno carnaval por falta de descarga nos banheiros, universidades ameaçando o cancelamento das aulas, e crescentes manifestações nas ruas. Na imprensa e nos discursos governamentais, proliferam apelos para que banhos, lavagem de roupa ou rega de plantas sejam cortados, se premia quem economiza e se pune quem desperdiça água, e receitas de como fazer macarrão com metade da quantidade de água costumeira passam a ocupar as mídias sociais como parte da



Uyuni, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massü

“solução” do problema. Em resumo, o consumo doméstico tem sido alçado a algoz, vítima e redentor da crise hídrica, enquanto o governante de São Paulo se empenha em orações a São Pedro e o do Rio de Janeiro consulta médiuns para prometer milagres à população.<sup>3</sup>

É fato que tem chovido menos no Brasil. Mas é má fé debitar o fenômeno na conta de São Pedro; ou, pior, na dos moradores dos grandes centros urbanos. O desequilíbrio do delicado e complexo enredamento de sistemas biológicos que regulam os reservatórios e cursos d'água e os fluxos de precipitação de chuvas tem suas origens tanto na gestão esquizofrênica dos bens hídricos quanto na sua superexploração pelo “setor produtivo” (agronegócio, mineração, hidroenergia, etc).

De acordo com a Agência Nacional de Águas, a irrigação agrícola consome atualmente 72% da água no país (outros 11% são consumidos pela criação de animais). Mas o papel do agronegócio na crise hídrica é mais complexo. O setor logrou diminuir drasticamente a proteção vegetal (faixas de matas ciliares e Áreas de Proteção Permanente) das margens de rios e demais cursos d'água com a aprovação do novo Código Florestal brasileiro em 2012, e sua expansão territorial sobre a Amazônia tem levado a índices recordes de desmatamentos do bioma (entre agosto e dezembro de 2014, por exemplo, foram desmatados 1.373 Km<sup>2</sup> de floresta amazônica, com índices mensais que contabilizaram aumentos consecutivos superiores a 100%).<sup>4</sup>

Mas qual a ligação do clima e das chuvas no Brasil com o desmatamento? De acordo com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), a vegetação do bioma regula um sistema de precipitação e evaporação de águas que constituem os chamados “rios voadores”<sup>5</sup>, cursos de água atmosféricos formados por massas de ar carregadas de vapor propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar carregam a umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, mas com o desmatamento na Amazônia este sistema vem sendo alterado, o que tem causado estiagens recorrentes nas demais regiões do país.

Mas o agronegócio não é o único vilão do desmatamento amazônico ou da malversação das águas. Apesar do fraco desempenho da economia (o PIB brasileiro deve crescer apenas 1,4% em 2015, segundo o FMI), o governo projeta a construção de 20 grandes hidrelétricas na Amazônia nos próximos oito anos em nome de uma demanda baseada num ficcional crescimento anual de 4,3% do PIB até 2023. É emblemático que as regiões onde há projetos hidrelé-

tricos já em andamento, como as usinas de Belo Monte, no Pará, e Jirau e Santo Antonio no rio Madeira, em Rondônia, são as que têm apresentado maiores índices de desmatamento. Por outro lado, em 2014, alterado pelas usinas, o Madeira sofreu uma cheia tão dramática que deixou debaixo d'água milhares de hectares de terra e florestas, estradas e cidades no norte do Brasil e na Bolívia, causando prejuízos milionários nos dois países.

Os setores de energia e agronegócio, aliados ao da mineração, têm sido responsáveis também pelo maior número de conflitos pela água nos últimos 10 anos, de acordo com um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgado em meados de fevereiro deste ano. Os Conflitos por Barragens e Açudes – causados por projetos de construção de hidrelétricas ou outros que não cumprem os devidos procedimentos legais, expropriando famílias de pequenos proprietários, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas ou pescadores – e os Conflitos de Uso e Preservação da água - destruição de matas ciliares que levam à extinção de fontes, poluição das águas (principalmente pela mineração), pesca predatória, e cobrança pelo uso da água – envolveram 305.959 famílias entre 2005 e 2014.

“Vivemos uma transição de época e a questão da água se coloca na ponta dessa inversão. É hora da ética do cuidado com a água, assim como em relação a toda natureza. A eco-nomia não pode se colocar acima da eco-logia, sob pena de não termos bases naturais – solos, água, clima, temperatura – para continuarmos aqui. Os fatos não permitem tergiversações”, concluiu o documento da CPT. É um alerta que, se não levado a sério, pode rapidamente levar ao colapso ecossistemas, economias e governos.

1 - Verena Glass é uma jornalista e coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburg Brasil

2 - “Seca no Cantareira supera cenário mais pessimista” - <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,seca-no-cantareira-supera-o-cenario-mais-pessimista-imp-,1624715>

3 - “Sabesp pede mais 'volume morto' e Alckmin reza por chuva até setembro” - <http://www.humbertotobe.com.br/sabesp-pede-mais-volume-morto-e-alckmin-reza-por-chuva-ate-setembro/> e “Aconselhado por espírito indígena, Pezão garante que choverá no Rio” - <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/02/aconselhado-por-espirito-indigena-pezao-garante-que-bchovera-no-riob.html>

4 - “Desmatamento aumenta pelo quinto mês consecutivo, diz Imazon” - <http://www.oeco.org.br/noticias/28879-desmatamento-aumenta-pelo-quinto-mes-consecutivo-diz-imazon>

5 - “Fenômeno dos rios voadores” - <http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>



Honduras

### Frente a ataque à sede da organização Via Campesina-Honduras

28

**A** Via Campesina Honduras, ligada à Via Campesina centroamericana e internacional, por este meio, comunica, informa e denuncia à comunidade nacional e internacional de uma escandalosa situação, que detalhamos da seguinte maneira:

1. Que o domingo, 25 de janeiro do presente ano, amparando-se nas obscuras sombras da noite, em torno da 1h00 da madrugada, contingentes armados dispararam mais de duas dezenas de tiros, de grosso calibre, que impactaram contra o imóvel que aloja os escritórios do movimento camponês hondurenho articulado à Via Campesina, na colônia Alameda.
2. No local dos acontecimentos, no dia de hoje, 26 de janeiro, encontramos cápsulas dos disparos, as paredes esburacadas e os portões com os orifícios correspondentes aos disparos

executados, o qual nos faz recordar os tristemente célebres acontecimentos do golpe de Estado, no ano 2009, quando também nossos escritórios foram invadidos, assaltados, com raiva e ódio, destruindo portas, material e equipamento de alto custo. Até hoje não se encontrou os responsáveis.

3. Ao aprofundar nas causas dos fatos escandalosos, já descritos, não encontramos outra explicação que nossa clara e transparente participação contra o golpe de Estado Militar de junho de 2009, a exigência militante de uma reforma agrária integral, com equidade de gênero, para a soberania alimentar e o desenvolvimento rural, apresentada ao congresso legislativo em abril de 2014, e nossa oposição à aprovação, com mandato constitucional, da polícia militar, corpo vinculado publicamente com flagrantes casos de violações aos direitos humanos.

Frente a estes vergonhosos fatos denunciados, o movimento camponês e a Via Campesina exigem do Estado de Honduras o seguinte:

- A. Que a promotoria realize uma profunda investigação para determinar e castigar os responsáveis diretos destes atos incompatíveis com a lei.
- B. Responsabilizamos ao governo da Republica pelos disparos e danos realizados a nosso escritório.
- C. Mais importante ainda, o responsabilizamos, desde já, por qualquer atentado que possa suceder num futuro próximo, contra a vida de nossos funcionários, dirigentes camponeses e coordenadores da Via Campesina.
- D. Exigimos a solidariedade de todo o movimento social hondurenho, da comunidade internacional e dos organismos de cooperação humanitária.
- E. De maneira particular, solicitamos de forma pontual a proteção da vida do dirigente camponês e referência da reforma agrária hondurenha, o companheiro Rafael Alegria, e de toda sua família.

Tegucigalpa, 26 de janeiro de 2015.  
Globalizemos a luta,  
globalizemos a esperança!  
Reforma agrária já!  
Via Campesina Honduras (LVCH)



El lago Titicaca, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massü

A petroleira Chevron na mira

A empresa multinacional Chevron foi eleita a empresa com o maior record de violações de direitos humanos no mundo, um premio, conhecido como “Prêmio à vergonha superlativa”. O prêmio é outorgado pelo Greepeace e pela ONG suíça conhecida como a “Declaração de Berna”, dentro de um concurso conhecido como Public Eye Award [o prêmio do investigador público ou do olho público].

Segundo uma nota da Red\_Ponsable, a “Amazon Watch<sup>1</sup> nominou a Chevron pelas contínuas e sistemáticas violações aos direitos humanos e ambientais na Amazônia norte do Equador. Desde o início de suas ações de exploração da região (1964), até hoje, com um record de mais de 50 anos de uma prática imoral e antiética que afetou de maneira direta às populações assentadas nas províncias de Orellana e Sucumbíos, na selva equatoriana.

A justiça equatoriana sentenciou a Chevron a pagar 9,5 bilhões de dólares, pelos danos ambientais provocados por sua má operação, “o que teve sérios impactos na saúde e bem-estar dos habitantes das regiões afetadas, além das implicações que têm, para o aquecimento global, a destruição da Amazônia”, diz Amazon Watch, um grupo ecologista com sede nos Estados Unidos. No entanto, a Chevron insiste em utilizar todo o seu poder econômico e político “para fugir da justiça mundial e por em andamento todo um sistema de impunidade diante dos abusos das transnacionais, o que levou aos lutadores indígenas e camponeses equatorianos a recorrer às Cortes da Argentina, Canadá, Brasil e inclusive, à Corte Penal Internacional em Haia”, recorda a organização acusadora. Em 2006, a Amazon Watch diz em sua página, “Chevron levou seu primeiro prêmio Public Eye por derramar, deliberadamente, 68 bilhões de litros de água com resíduos tóxicos dissolvidos, na selva equatoriana, deixando atrás de si umas 900 fossas de dejetos, sem cobertura, cheias de lodos tóxicos. A Chevron operou no Equador entre 1964 e 1992, sob a marca Texaco. Abandonou o país sem remediar a contaminação que, inclusive, suas auditorias internas concluíram que provocou”.

A página da Amazon Watch assegura, também, que “várias avaliações de saúde independentes submetidas a escrutínio em cortes penais confirmaram altos índices de leucemia infantil e outros tipos de câncer na área em que a Chevron operou. Calcula-se que mais de 2 mil pessoas morreram de câncer e que outras 10 mil estão em risco de contraí-lo pela exposição contínua a químicos cancerígenos em águas superficiais e subterrâneas, no ar e nos alimentos”.

Segundo o informe de Amazon Watch, cinco povos indígenas – secoya, cofán, huarani, siona e quichwa – foram dizimados pelas práticas de descarte de resíduos da empresa Chevron, segundo a prova apresentada em uma corte equatoriana. Foi nesta ocasião que se aplicou uma multa de 9,5 bilhões em danos, algo que a empresa nunca pagou. O advogado principal da Chevron, diz a Amazon Watch, prometeu que a companhia lutará contra esta sentença “até que o inferno se congele e, então, seguirá lutando contra esta sobre o gelo”.

Paul Paz e Miño, da ONG acusadora, insiste em



La Paz, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massú

que “Chevron é uma companhia contaminante e tóxica reincidente, que merece a condenação da comunidade mundial pelos seus horríveis atos contra os vulneráveis povos do Equador”.

Os prêmios Public Eye foram outorgados em um fórum alternativo que coincidiu com a Conferência Econômica de Davos, no final de janeiro deste ano.

1 - <http://amazonwatch.org/news/2015/0123-chevrons-batteredimage-over-ecuador-ecological-disaster-takes-another-hit-indavos>



### Guatemala: uma prisão verde com cheiro de melaço

Ollantay Itzamná, Servindi. José apenas completou 18 anos de idade mas, todas as madrugadas, às 3:00 da manhã, o ônibus amarelo vem apitando por ele, para levá-lo para a colheita. Ele vive, com seus pais e seis irmãos, no cantão Cancín, município de Santo Domingo, Departamento de Suchitepéquez, a 165 quilômetros, ao sudoeste da Cidade de Guatemala. Sua mãe, que apenas se deitou 4 horas atrás, deve se levantar às 2:00 da manhã para preparar-lhe o café, o desjejum e o almoço. Ela, já não voltará para a cama. Tem que aproveitar a pouca água racionada que chega só pela manhã para lavar novamente a roupa que, no dia anterior, ficou suja da fuligem que, nestes tempos de safra, chove do céu. A seguir, tem que varrer as cinzas do pátio, que sempre amanhece como se, a cada noite, os demônios fizessem festa. José, junto a seus dezenas de esqueléticos companheiros diaristas, começa a empunhar o facão no canavial às 5:00 da manhã. Começa a jornada com sua cor natural, moreno. Mas, lá pelas 11:00 da manhã, quando parece que, naquela atmosfera com cheiro penetrante de melaço, houvesse liberado o calor do inferno, a fuligem da colheita lhe transforma em um negro exausto, com feições maias e olhar triste. Perto do meio dia, de cócoras, sob o sol abrasador, vigiado pelo capataz, morde apressado as tortilhas duras, seu almoço. Se sua energia e o facão lhe acompanham, com boa sorte às 17:00 da tarde terminará a tarefa arbitrária que o capataz lhe designou. E às 8:00 ou 9:00 da noite chegará em sua casa. Ali, só sua mãe o espera. Os demais familiares já dormem.

Assim transcorre a quinzena na colheita, em troca de 900 quetzales (120 dólares). Dinheiro



Retratos de Safra en Guatemala. Foto: Simone Dalmaso

que apenas dá para comprar o feijão e o milho porque, agora, seu pai já não encontra terra para arrendar e fazer o cultivo do milho. Tudo foi concentrado pelos monocultivos. Isso sim. Todos os domingos, a família não falta à igreja, onde o pastor lhes fala sobre a mansidão, a humildade e a pobreza como uma benção divina para ganhar o Reino de Deus.

No pátio da casa de José ainda restam esqueléticas árvores frutíferas semi-secas que resistem à morte. Árvores que, antes da maldição do monocultivo da cana, davam abundantes frutos. As pulverizações aéreas dos canaviais exterminaram os cítricos.

Durante as noites, em época de colheita, é quase impossível dormir no bairro de José. Tratores e caminhões gigantes roncam frenéticos recolhendo os escuros sulcos de cana cortada e acumulada. Nesta prisão verde, todas as madrugadas amanhecem quentes e “com neblina”, e o sol resiste a sorrir pelo excesso de fumaça fixado, pelas canavieiras, na atmosfera. Os rios se encontram contaminados e desviados de seus cursos naturais para regar os desertos verdes, sem que exista lei que os regule.

As terras de cultivo para a comida são praticamente

inexistentes. As zonas urbanas estão rodeadas, pelos quatro lados, pelos monocultivos. Uma verdadeira prisão verde. Inés, irmã menor de José, de apenas 8 anos, brinca com sua boneca de trapo no pátio. Tem o cabelo salpicado de cor café. Dizem que é sinal das consequências do DDT que as algodojeiras, em outros tempos, fixaram nos solos desta região, e que, inclusive anos depois, continua se manifestando na saúde humana. Ela bebe água contaminada, respira o ar cinzento com cheiro de melaço fermentado.

Vê passar o dia sob a chuva da fuligem que vem do céu e o roncar estridente de imensos caminhões gaiolas. Ela não comerá os frutos do pátio, como fizeram seus pais. Ela nunca mais verá ou escutará dizer das terras da costa sul que são “o paraíso terreno que atraiu a maias e a estranhos”. Nesta prisão verde, a trama da vida está rompida, e as esperanças de seus “reclusos” são verdes como os monocultivos.

[http://servindi.org/actualidad/122008?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+Servindi+\(Servicio+de+Informaci%C3%B3n+Indigena\)](http://servindi.org/actualidad/122008?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Servindi+(Servicio+de+Informaci%C3%B3n+Indigena))



### Canal da Nicarágua um negócio de águas turvas

Rede de Coordenação em Biodiversidade da Costa Rica

O Canal Inter-Oceânico da Nicarágua é catalogado como o projeto de infraestrutura nunca antes proposto na América Central, já que este é um conjunto indeterminado de mega projetos associados. É famoso por seu nível de segredo por parte do governo de Daniel Ortega e da empresa concessionária, pela inexistência de consulta à população nacional e nem sequer aos povos que serão deslocados ou impactados.

A empresa HK Nicaragua Development Investment (HKND) obteve luz verde por parte do governo nicaraguense para a construção de um corpo de água navegável de 278 quilômetros de comprimento através do país centroamericano. A KHND é uma empresa de propriedade do magnata chinês Wang Jing, que até muito pouco se dedicava a investimentos de capital no setor energético e agora incursiona no negócio da infraestrutura.

Seus promotores garantem que este mega projeto custará entre 40 e 50 milhões de dólares e contará com duas zonas de livre comércio, dois aeroportos internacionais, dois portos de águas profundas, vários terminais de geração elétrica, um oleoduto, uma rodovia paralela, fábricas de fundição de aço, depósitos dos materiais provenientes da dragagem do lago Cocibolca e um número indeterminado de “projetos associados”. Estes últimos, conforme decidir a empresa concessionária, que poderiam ser desde grandes armazéns até minas a céu aberto.

O formigueiro de cimento e aço iniciou sua construção oficial no 22 de dezembro passado, mesmo sem contar com Estudo de Impacto Ambiental nem de impacto socioeconômico. Isto denunciaram ativistas nicaraguenses em uma carta apresentada aos 33 presidentes presentes na III Conferência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), realizada na Costa Rica, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2015.

Esta carta aponta que a lei Nº 840, “Lei Especial para o Desenvolvimento de Infraestrutura e Transporte Nicaraguense Abrangendo a Canal, Zonas de Livre Comércio e Infraestrutura” foi aprovada em menos de 72 horas pela Assembleia Nacional de Nicarágua e outorga à empresa HKND um mínimo de 50 anos de concessão para a administração e exploração do canal, prorrogáveis por mais 50 adicionais. Esta lei dá direito à empresa concessionária de expropriar qualquer terreno que esteja dentro dos planos de construção, sejam territórios indígenas, camponeses, florestas ou assentamentos humanos.

Segundo Octavio Ortega, do Conselho Nacional de Defesa da Terra, o Lago e a Soberania “o governo

tem em seu poder 90% dos meios de comunicação, dizendo todos os dias que o canal vai nos tirar da pobreza, vai nos dar exemplo, embora não exista informação clara sobre a magnitude e o impacto ambiental, social e econômico.”

A população nicaraguense não foi informada, nem consultada sobre o mega projeto, mas as autoridades governamentais nicaraguenses afirmam na imprensa que os povos indígenas serão beneficiados pela instalação do canal sobre seu território. O secretário privado de Políticas Públicas da presidência, Paul Oquist, afirma que “as áreas indígenas da Região Autônoma do Atlântico Sul que estão na rota do Canal Interoceânico e parte da região do Pacífico receberão recursos financeiros pelo arrendamento das terras que estão na via ou que serão utilizadas para depositar sedimentos do lago Cocibolca”, desconhecendo qualquer direito territorial dos povos. Enquanto



Isla del Sol, Lago Titicaca, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massú

governo e empresa seguem apresentando o canal como um projeto que atrairá emprego e riqueza para a Nicarágua, organizações e comunidades ao redor do país manifestam seu rechaço. São contabilizadas mais de 19 mobilizações contra o mega projeto que “se consumou pelas costas dos nicaraguenses, sem transparência, sem consenso nacional, sem licitação prévia”.

Muitas destas mobilizações foram reprimidas com violência por parte da polícia e pelo exército nicaraguense. Este foi o caso das comunidades de El Tule, em 24 de dezembro passado, onde foram feridos pelo menos 50 camponeses que protestavam contra o canal.

Para Luisa Molina, outra das ativistas da delegação que protestou diante da CELAC, o projeto neoliberal não é novo na Nicarágua e, apesar de chamar a si mesmo de progressista, o governo de Daniel Ortega facilitou a assinatura de tratados de livre comércio com diferentes países, o acordo de associação com a União Europeia e, agora, com o Canal, se materializa o que pode ser uma fase do Plan Puebla Panamá (atualmente, Plano Centro-Americano).

### O ano de 2014 revisado

No texto [2014 - Assim foi o ano. *Economia verde, consumo “colaborativo” e faça você mesmo*], o Grupo ETC alerta sobre as falácias por trás das tendências econômicas e produtivas supostamente mais humanas. Aqui, alguns trechos.

capacidades e habilidades sofisticadas e tarefas em grupo. Os marginalizados sempre o fizeram: batalhar na informalidade e fortalecer o coletivo para sobreviver. Mas esta criatividade está se submetendo à grande máquina de produção de dinheiro. Assim como sucede com as sementes, todos os recursos e iniciativas da imensa maioria da humanidade são monetizados, monopolizados.

*Faça você mesmo (movimento “maker”)*. As impressoras em terceira dimensão (3D) e os sintetizadores de genes tiveram grande destaque em 2014. Foram feitas experiências para imprimir pele, vasos sanguíneos e vísceras. Os makers pensam que a fabricação em escritório pode suplantiar a General Electric e a General Motors, que reduzirá a exploração, os custos energéticos, de transporte, de armazenamento e o desperdício: o fim do capitalismo. Mas o consumo “colaborativo” e o “faça você mesmo” não estão a salvo do controle das multinacionais, estão caindo em suas garras. Não existe nada similar a uma revolução social “técnica” se não forem mexidas as relações do técnico. Não ganharemos nada a menos que derrotemos a verdadeira economia da avareza. Suplantar ou substituir aos produtores ou geradores de serviços com a lógica de sempre não é contestatório, é perpetuar o pensamento industrial, capitalista.

*Bioteχνologias*. 2014 foi mais um ano em que a invasão transgênica no México se manteve na corrida. A UPOV 91 – “Lei Monsanto”, foi suspensa no Chile e na Guatemala; na Itália, se manteve a proibição de plantar o milho MON810, e, em Córdoba, Argentina, se aprofundaram os protestos contra a fábrica de glifosato desta empresa. As empresas de biologia sintética, teimosas em substituir a produção camponesa de especiarias, garantem, em 2014, que não

somente plantas, mas qualquer ser vivo, poderá ser montado em um computador. “Queremos fazer organismos totalmente novos que nunca hajam existido e substituir cada um dos organismos atuais por outros melhores.” (Empresário de Cambria Genomics).

*Tecnologias inteligentes?* Os Estados Unidos já autorizaram o uso de drones com fins comerciais, para uso na agricultura de precisão, e as viagens turísticas ao espaço exterior seguem sendo promovidas com grande estardalhaço mas, em 2014, a geoengenharia se promoveu como opção científica real para contrapor o aquecimento que provocarão as emissões dos novos viajantes. (Não importa destruir a atmosfera se existe um remendo técnico que respalde tais delírios). Em 2014, há mais advertências sobre os riscos da inteligência artificial. O Google investe no desenvolvimento da tecnologia Deep-Mind, que imita a atividade neuronal humana, e em computadores auto-programáveis. Elon Musk, um dos cientistas e investidores mais respeitados no Vale do Silício garante que os experimentos atuais em inteligência artificial estão “invocando o demônio” e adverte “algo muito perigoso ocorrerá nos próximos anos”. Stephen Hawking (e Bill Gates!) já se uniram às advertências.

*Leitura recomendada:* Em seu livro *Esto lo cambia todo* [Isso muda tudo], Naomi Klein afirma: sim, estamos em um momento terrível. Não, o futuro não é impossível. Temos as ferramentas necessárias para sobreviver às mudanças climáticas mas devemos transformar, simultaneamente, o sistema econômico para que o desastre ambiental que estamos vivendo não se repita. O livro está repleto de fatos, de números, e da convicção que necessitamos para seguir adiante com a tarefa.



Guardias en La Paz, 2014. Foto: Nadja Massu

O *consumo colaborativo*. Em 2014, graças às redes sociais e aos sites web, cresceu o consumo colaborativo, que começou propondo compartilhar os bens e, agora, promove como alternativa que as pessoas ofereçam bens para alugar (que poderiam ser comuns). O alojamento de baixo custo – a oferta de quartos desocupados nos lares – já foi substituído pelo um milhão de lugares que oferece AirBnB, um conceito que concentra em sua página web o aluguel de camas, o aluguel de suítes super luxuosas e até mansões inteiras. Outro caso em voga é o Uber, serviço de transporte estendido a mais de 50 países, que “dá emprego” a qualquer um que tenha um automóvel. O AirBnB e o Uber não têm nada de alternativos, são parte do ajuste do capitalismo, que aproveita a internet e a crise econômica. Em qualquer espaço urbano, existem milhões de desempregados que ganham a vida com atividades muito criativas, desenvolvendo

## Necessitamos enfrentar com seriedade a crise climática

(Ecos da Conferência de Lima)

*Segue se agravando a crise climática pela necessidade (com interesses por trás) de não se propor soluções verdadeiras e, ao contrário, buscar que aqueles que contaminam sigam fazendo isto mediante esquemas diversos de suposta compensação que, além disso, trazem consigo planos muito concretos de lucro com o cuidado que as comunidades têm tido desde remotos tempos.*

*Esta panorâmica dedicamos a por um pouco em dia a discussão, as propostas e os danos que comunidades, organizações e pesquisadores apresentam ao mundo.*

33

**Rechaçamos a agricultura climaticamente inteligente como forma de "mitigar" a mudança climática.** Os cultivos transgênicos formam parte do entremeado urbano-industrial responsável pelo aquecimento global. Os grandes conglomerados urbanos, incapazes de produzir seus próprios alimentos, dependem da produção agrícola em grande escala e ocupam vastas zonas rurais para cobrir suas necessidades básicas.

Esta agricultura industrial é uma fonte importante de emissões de gases que contribuem para aumentar o efeito estufa. De acordo com o V Informe do IPCC, a agricultura industrial é responsável por 24% da geração destes gases e de quase metade das emissões de metano, que apesar de persistir na atmosfera menos tempo, é aproximadamente vinte vezes mais potente que o CO<sub>2</sub> em sua ação de efeito estufa. A isto se soma que os alimentos são produzidos em lugares cada vez mais distantes, e em seu transporte se gera grandes quantidades de CO<sub>2</sub>.

Neste modelo produtivo se inserem os cultivos transgênicos. Os cultivos transgênicos demandam mais agrotóxicos e fertilizantes que os cultivos convencionais, ambos derivados da petroquímica. Mas de 75% dos cultivos transgênicos estão destinados à produção de rações para a criação de frangos, porcos, bovinos e aquicultura. A pecuária intensiva representa aproximadamente uma quarta parte das



La Paz, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massu

emissões de metano. Além disso, gera 65% do óxido nitroso de origem antropogênica, 37% do metano e 64% do amoníaco que contribui de forma significativa para a chuva ácida.

A produção pecuária industrial emite cerca de 18% mais gases de efeito estufa (medidos em seu equivalente dióxido de carbono – CO<sub>2</sub>) que o setor do transporte. Este cálculo inclui a energia usada na produção de rações, quer dizer, monocultivos de soja e milho (a maioria deles transgênicos), os fertilizantes nitrogenados, o desmatamento para abrir áreas de pastagens e campos de cultivos para a alimentação



animal, a energia utilizada no processamento industrial, no tratamento de resíduos, no transporte, etc..

Outro percentual importante dos cultivos transgênicos é usado como aditivos nos alimentos processados, comida porcaria consumida pelas sociedades urbanas. Apesar da complexidade do problema, os mesmos grupos de poder que são responsáveis pela mudança climática, desenvolveram uma série de novas tecnologias para a mitigação da mudança climática, que são, na realidade, falsas soluções para enfrentá-la e que significam novas fontes de geração de riqueza para estas indústrias. Entre elas se inclui a agricultura climaticamente inteligente. Para potencializar esta proposta, se lançou a iniciativa “Global Alliance for Climate-Smart Agriculture” [Aliança Global pela Agricultura Climaticamente Inteligente], conformada por vários governos (entre eles a Costa Rica e México), corporações transnacionais (entre as que se incluem as duas maiores produtoras de fertilizantes, a Mosaic e Yara) e algumas organizações intergovernamentais (IICA, FAO, PMA, UICN) e organizações não governamentais (como The Nature Conservancy e o grupo da indústria Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável).

Como parte dos planos de adaptação às mudanças no clima, as empresas biotecnológicas já estão trabalhando no desenvolvimento de sementes transgênicas tolerantes a secas. Por exemplo, a Monsanto, em colaboração com a BASF, lançou seu milho com tolerância à seca, que foi testado no Quênia com resultados muito pobres, e trabalha, ainda, com soja, canola e algodão. A Bayer trabalha em um trigo transgênico tolerante a secas e a Dupont, com soja e milho. Por outro lado, na Argentina, se anunciou que foi concedida uma patente a uma soja também resistente à seca e se anunciou, no Paraguai, que neste verão serão iniciados ensaios com soja capaz de se adaptar ao solo chaquenho. Os cultivos adaptados a condições climáticas extremas são frutos do trabalho camponês de seleção, melhoramento genético, manejo tecnológico e cultural de sementes, e de processos evolutivos nos quais estão envolvidas várias características genéticas. Por isso, não é possível desenvolver estas sementes “milagrosas”. Se, eventualmente, as empresas obtiverem estas sementes tolerantes a secas, será pelo trabalho de adaptação realizado previamente pelos camponeses.

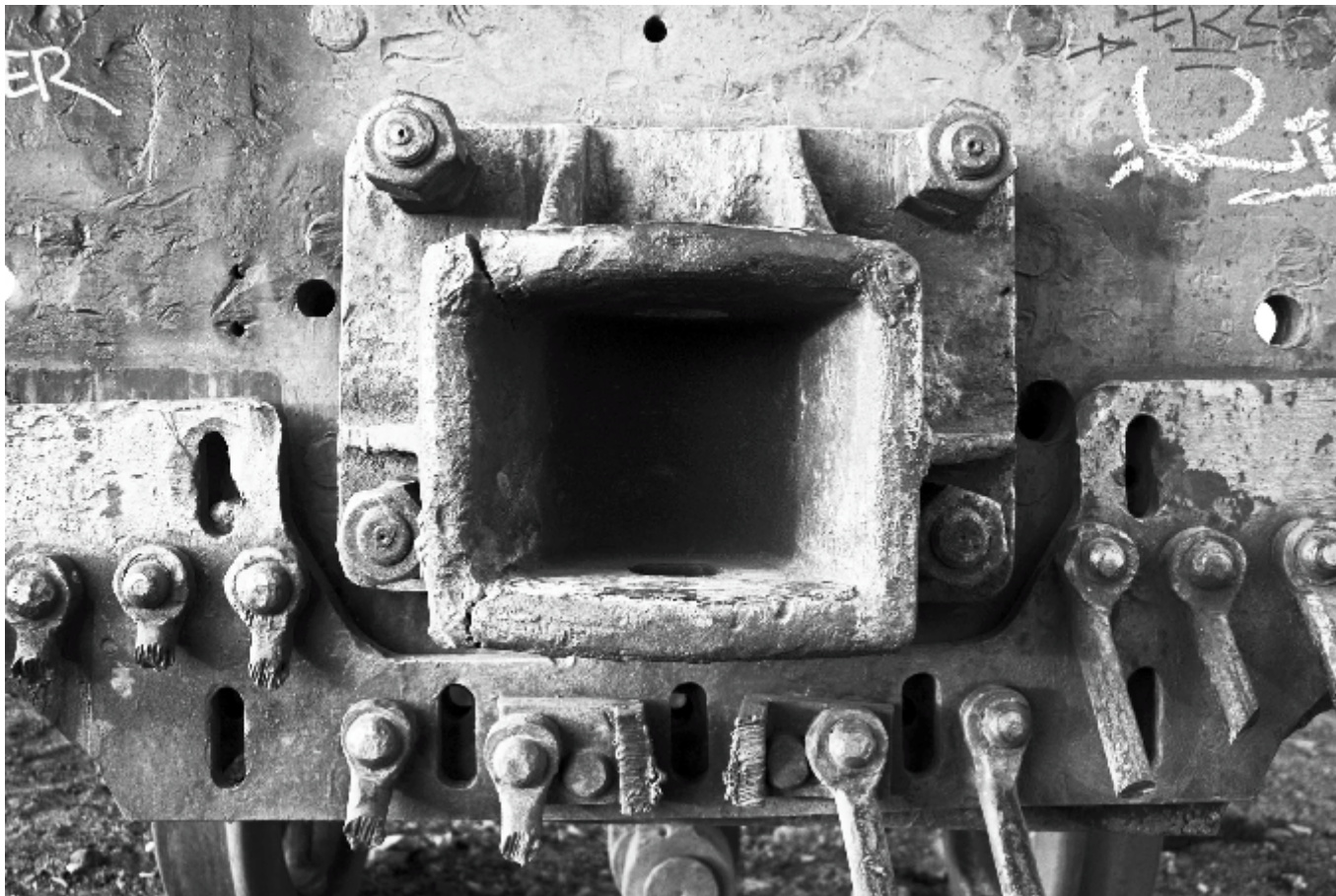
Longe de enfrentar as principais causas da mudança climática (extração e queima de combustíveis fósseis ou sua transformação em produtos

petroquímicos destinados à agricultura industrial, à mecanização do campo, à indústria, à perda de matas e outros ecossistemas naturais), o que se conseguirá com este tipo de soluções com base em sementes transgênicas, no caso de funcionarem, é expandir a agricultura industrial para zonas onde antes era impossível ou muito difícil fazê-lo: territórios de comunidades tradicionais que aprenderam a viver neste tipo de ecossistemas, e aumentar o problema climático. Esta abordagem não considera os impactos dos monocultivos em regiões que antes não eram consideradas aptas para a agricultura industrial, em termos de erosão genética de sementes crioulas ou nativas adaptadas às condições ambientais predominantes, às práticas agrícolas associadas, à soberania alimentar local, assim como às mudanças na propriedade da terra.

Existem várias formas de abordar o problema da mudança climática que não passam pelo desenvolvimento de novas tecnologias, controladas pelas empresas. Nós reproduzimos a declaração da Via Campesina, que sustenta que a agricultura camponesa esfria o planeta, já que adaptaram suas sementes e seus sistemas produtivos às alterações do clima. Se os consumidores se alimentam com alimentos da estação, com produção camponesa local agroecológica; se as cidades forem redesenhadas para que sejam mais amigáveis ao ambiente, ao clima e à própria população; se os insumos de origem sintética e transgênicos forem substituídos e se frear a urbanização selvagem, teremos dado um passo gigantesco para enfrentar o aquecimento global.

A Rede Por Uma América Latina Livre de Transgênicos rechaça as falsas soluções ao aquecimento global propostas pelas mesmas indústrias que geraram as crises climáticas e, de maneira particular, os chamados cultivos “climaticamente inteligentes”. Além disso, faz um chamado à COP 20 para que os cultivos transgênicos se juntem à lista de atividades antropogênicas que aceleram o efeito estufa e causam os desastres climáticos. Declaração da Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos à COP 20 do Convênio Marco da Mudança Climática, Dezembro de 2014.

**Nós, representantes dos povos indígenas de Abya Yala e do mundo**, reunidos na Casa do Pavilhão Indígena da COP 20, desde 2 de dezembro para discutir e refletir sobre as causas das mudanças climáticas no mundo e contribuir para os caminhos de solução que se devem assumir nas Convenções Mundiais, elevamos nossa voz para dizer:



Acercamiento al empalme de un tren, Uyuni, Bolivia, 2014. Foto: Nadja Massu

1. A mudança climática está adoecendo a nossa Mãe Terra, está interrompendo a unidade entre humanos e natureza que durante séculos permitiu a vida sobre o planeta. Esta situação nos provoca um sentimento profundo de tristeza porque impacta na relação que os povos indígenas desenvolvemos com a natureza, uma natureza viva que compreendemos como totalidade da qual formamos parte. Assim, se a terra adoecer, os povos indígenas também adoecemos.
2. Os chefes de Estado estão reunidos para discutir este problema, para buscar soluções ao desastre que vem sendo produzido com a Mãe Terra. Entretanto, vemos com grande preocupação que as saídas que estão sendo buscadas não falam do verdadeiro problema e, portando, não mudarão o destino do desastre no qual estamos. Estamos afetando à Mãe Terra e não se está encontrando soluções verdadeiras que revertam o processo, que protejam e defendam a integridade da natureza.
3. Para nós, os povos indígenas de Abya Yala e do mundo, o desastre que se está produzindo com a Mãe Terra tem uma origem, uma causa estrutural. Tem que ver com o modelo de desenvolvimento que se instaurou e generalizou no mundo, um modo de vida que busca incansavelmente criar novas necessidades, ainda que estas sejam passageiras.
4. O modelo de desenvolvimento que está adoecendo a Mãe Terra tem nome e sobrenome: se chama capitalismo do século XXI e, aqui em Abya Yala, tem um rosto perverso de grande fôlego chamado extrativismo, extração de riqueza e expropriação de territórios a favor do capital global, a favor da concentração da riqueza em poucas mãos e expulsão dos territórios para os povos indígenas. Estão nos expulsando de nosso Viver Bem e Vida Plena que implica viver em harmonia com a natureza.
5. O extrativismo de Abya Yala se mostra em todas as iniciativas que tomam os governos de nossa região e implicam em ampliação da fronteira hidrocarbônica; priorização das atividades de mineração e de hidrelétricas frente às necessidades dos povos; crescimento do desmatamento para a conversão de matas em áreas com cultivos agroindustriais. O mais triste desta situação é que os governos de esquerda e de direita se comportam de maneira similar frente à acumulação por expulsão como característica fundamental do capital global, cujas principais vítimas somos os povos indígenas.

6. Os governos progressistas de nossa região, os que embalaram o horizonte do socialismo do século XXI, na realidade se converteram em fazedores e impulsionadores do capitalismo do século XXI. Usando frases populares como Revolução Cidadã ou Revolução Democrático Cultural, redistribuindo riqueza de maneira menos desigual e compondo seus governos com alguns setores sociais que no passado formaram parte das lutas, hoje em dia pretendem se mostrar como alternativos sem modificar as chaves e os compassos deste rosto reverso de longa data do capitalismo global, que em nossa região de Abya Yala se chama extrativismo.
7. Nós, os povos indígenas de Abya Yala, temos resistido e lutado ao longo de nossa história com este modelo de desenvolvimento, com este modelo de colonização, com este modelo de acumulação de riqueza fundamentado na toma de nossos territórios e recursos naturais. Com nossas lutas, temos buscado dignificar o nascimento colonizado dos Estados e Nações que conformam o Abya Yala, que conformam a região da América Latina, por isso não nos surpreende que um direito tão fundamental, como é o de Consulta para consentimento livre e informado, hoje em dia seja utilizado como uma ferramenta que antes de proteger o direito de consulta, o desnaturaliza e é usado à sua vontade.
8. Este panorama nos leva a convocar a todos os povos do mundo e a quem se congrega na Convenção dos Povos de Lima, Peru, a tomar caminhos alternativos que nos aproximem das verdadeiras soluções às Mudanças Climáticas, que revertam os impactos que está sofrendo a Mãe Terra. A defesa da Mãe Terra e de seus direitos é também a defesa dos povos e da vida. A acumulação de riquezas em troca da expulsão de nossos territórios é a agenda das grandes corporações financeiras e econômicas que estão medidas dentro dos Estados.
9. Chamamos a persistir em nosso caminho de autodeterminação dos povos, da sociedade civil organizada, como a alternativa principal que nos permitirá encontrar saídas para o problema estrutural das mudanças climáticas. Consolidar e reconstruir nossa territorialidade e titularidade integral de nossos territórios, e o controle de todos seus recursos. Deter os grandes motores do aquecimento global como são as operações extrativistas e agroindustriais. Exigir o acesso direto aos fundos climáticos e, em especial, das mulheres indígenas nas estratégias de adaptação. *Cambia el sistema, para que no cambie el clima.*

*Los pueblos indígenas te llaman a la acción, Pueblos del Abya Yala frente a los desafíos climáticos, 12 de dezembro de 2014.*

**Nos reunimos para seguir debatendo e compartilhando as múltiplas formas de luta e resistência,**

pela construção da justiça social, contra o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico, pelo respeito às diversas formas de vida, sem exploração nem pilhagem dos bens da natureza, pela capacidade dos povos de decidir sobre suas fontes de energia, comunitária, pela redução das desigualdades sociais, bem como promover o Bem Viver como modelo de vida em harmonia com a Natureza e a Mãe Terra.

O capital busca fazer frente a sua crise sistêmica impondo a captura da água, o saqueio dos territórios e do patrimônio natural, a depredação, a produção de combustíveis fósseis, a maior exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, a repressão dos movimentos sociais e a violência física e psicológica, aumentando múltiplas formas de criminalização das lutas, dos povos, de militarização e do controle territorial. Tudo isso é encorajado pelas corporações midiáticas. Além disso, há que se somar a esta realidade a captura dos Estados e de seus burocratas pelo poder econômico, o pagamento de dívidas injustas e corruptas, e uma diversidade de fatos que beneficiam exclusivamente aos verdadeiros poderes por trás dos governos da vez, dóceis às ordens das empresas nacionais e das grandes corporações transnacionais e seus operadores políticos [...].

Nós que nos reunimos nesta conferência, somamos e fazemos parte de processos de lutas anteriores que foram articulados em nossos povos e chegamos a este momento com esta força e construção coletiva. A partir dela, nos expressamos e demandamos:

Aos governos do mundo que respeitem nossos territórios, direitos e modos de vida, nossas culturas, costumes e cosmovisões sobre a vida e o mundo que habitamos. Denunciamos a exploração de nossos recursos naturais e territórios por parte das indústrias extrativas, que afetam nossas formas de sustento, nossa fonte de identidade e a relação harmoniosa de nossas comunidades com a Mãe Terra.

Demandamos o reconhecimento da propriedade territorial das comunidades que tradicionalmente tem vivido em suas terras. Não aceitamos o controle externo dos territórios, nem os processos financiamento e implementação de falsas soluções ao clima. Os governos devem ter como eixo central o respeito a nossas formas de vida ancestrais e o reconhecimento



de nossa autodeterminação como nações e povos originários.

Clarificamos que o conjunto de iniciativas orientadas para reverter a destrutiva tendência climática à qual nosso planeta foi conduzido, deve considerar as responsabilidades históricas dos países desenvolvidos e o reconhecimento e reparação da dívida histórica e ecológica que têm com o Sul global. Em particular, as corporações transnacionais de capital privado dos países desenvolvidos devem ser responsabilizadas por suas ações e práticas em nível global. Exigimos justiça plena nos casos de contaminação por parte da Newmont, Doeran no Peru, e da Chevron-Texaco, entre outras, a qual em sua passagem pela Amazônia deixou como legado um dos maiores ecocídios da história do planeta. [...]

Consideramos que nenhuma ação para enfrentar as mudanças climáticas será eficiente ou viável se não se promove com políticas públicas efetivas a favor da pequena agricultura familiar e camponesa, da reforma agrária, da soberania e segurança alimentar de nossos povos, da produção autossustentável, com base agroecológica, autóctone e livre de transgênicos e agrotóxicos, orientada para o consumo humano e para a preservação de nossa biodiversidade. Acreditamos que para avançar a um mundo justo e a uma economia local, solidária, cooperativa, feminista e comunitária, é fundamental reconhecer o direito humano à alimentação, assim como o grande aporte da agricultura familiar camponesa, que contribui com mais de 70% da alimentação do mundo. Exigimos frear a produção e expansão dos agrocombustíveis, que promovem o desmatamento, a erosão das terras, a contaminação das fontes de água e ar, e significam uma forma de recolonização territorial.

Como expressão desta estratégia do capital, nos últimos anos se aprofundaram os processos de privatização, mercantilização e financeirização da natureza, expressados nos princípios da economia verde, que nos apresenta as falsas soluções para a crise climática. Algumas delas são os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), os projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação das matas (REDD), os transgênicos, os agrocombustíveis, a geoengenharia, os mega projetos hidrelétricos, as centrais nucleares, a fratura hidráulica (“fracking”), e a agricultura climaticamente inteligente.

A estratégia do capital passa também pelo que chamamos de arquitetura da impunidade das corporações transnacionais e governos, através dos tratados de livre comércio e proteção de investimentos, entre outros, que pretendem privatizar serviços essenciais como a água, a educação, saúde, habitação,

e atentam contra os direitos humanos dos trabalhadores e dos povos. A Conferência dos Povos rechaça todas estas estratégias do capital. Como expressamos antes, denunciemos o sistema capitalista-patriarcal que sustenta a opressão e o controle sobre o corpo, o trabalho e a vida das mulheres, promove a violência sexual e a cuida, e as marginaliza de diversos âmbitos da vida social e pública. É necessário transitar para outra divisão social do trabalho, que elimine a subordinação do trabalho feminino, que não invisibilize o trabalho do cuidado – que torna possível a reprodução social – nem o subordine aos mandatos do mercado. Exigimos uma mudança radical que reconheça o trabalho reprodutivo como a base da sustentabilidade humana e das relações entre as pessoas e comunidades. [...]

Todas as alternativas devem incorporar a perspectiva feminista e promover uma relação mais justa entre homens e mulheres. Os Estados devem tomar decisões e medidas imediatas de proteção, conservação ou restauração das bacias hidrográficas, dos ecossistemas, das altas montanhas, bofedales, banhados, páramos bofedal e páramo não tem palavras para traduzir então se deixa em itálico, estepes, matas, aquíferos, lagos, rios, mananciais e zonas marinhas costeiras, que alimentam a Mãe Terra. Estes ecossistemas e fontes de água são afetados pelas atividades das indústrias extrativas, como a de mineração, petrolífera, carbonífera e de gás, pelas derrubadas de árvores e pelo depósito de resíduos, entre outras causas. É necessário garantir o direito humano à água e ao saneamento, em igualdade de condições, acesso e salubridade. Isto só se pode garantir com empresas públicas sob controle público.[...] *Declaração da Conferência dos Povos frente às mudanças climáticas, Lima 11 de dezembro de 2014.*

**Enquanto as Nações Unidas se vangloriam por ter concluído “exitosamente” com “um esboço de acordo e avanços concretos” a vigésima Conferência das partes (COP 20) sobre Mudanças Climáticas, em Lima, a ampla gama de movimentos sociais de todo o mundo que reclamou justiça climática na capital peruana, se mostra profundamente preocupada pelos resultados produzidos nas duas semanas de negociações oficiais. Não pela falta de avanços nas mesmas, mas porque estes avanços apontam na direção contrária às soluções necessárias propostas pelos movimentos.**

Muitas razões podem explicar os fatídicos resultados, mas existem duas muito claras: a tomada, por parte das corporações, tanto dos governos como da Convenção Marco das Nações Unidas sobre as

Mudanças Climáticas (CMNUCC), e a atenção nula deste espaço às propostas e exigências dos movimentos sociais que, em todo o globo, a cada ano, reivindicam ações contundentes para mudar um sistema que, entre outras coisas, está gerando a crise climática.

Um dos temas chave do resultado das negociações, resumido no documento “Chamado de Lima para a Ação Climática”, é a adaptação (às mudanças climáticas). É possível dizer que adaptar-se a crise climática é praticamente uma ação que se auto-explica como insuficiente para fazer frente a um fenômeno sobre cujas causas já existe consenso suficiente. Quer dizer, o atual aquecimento global foi provocado pela grande concentração de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, portanto, as medidas deveriam estar focadas na diminuição de emissões destes gases. Não é uma discussão menos importante a forma como serão feitos estes cortes, para o que é fundamental incorporar os critérios e exigências dos movimentos sociais por justiça climática, que serão mencionados mais abaixo.

O Presidente da COP 20, o ministro do Ambiente do Peru, Manuel Pular-Vidal, afirmou, segundo o comunicado de imprensa da CMNUCC: “Lima deu uma nova urgência para acelerar a adaptação e construir a resiliência no mundo em desenvolvimento, e, não em menor medida, fortalecendo a conexão com a finança e o desenvolvimento dos planos nacionais de adaptação”. Agora, que ações previu ou sugeriu a CMNUCC especificamente para os chamados países desenvolvidos?

Segundo o quarto ponto do documento, a CMNUCC apela a que estes apoiem financeiramente aos países em desenvolvimento para que possam se adaptar e mitigar suas contribuições às mudanças climáticas. Mas o documento não determina ações em termos de redução de emissões específicas para os países desenvolvidos. A COP 20 na realidade “convida” no ponto número 14 do seu documento, “todos os países” a que apresentem à Secretaria Executiva da Convenção suas chamadas “contribuições nacionais determinadas” referentes às mudanças climáticas.

Ser ter que seguir nenhum critério a mais do que estabeleça sua própria vontade, todos os países (sem diferenciar aos historicamente contaminantes e responsáveis, portanto, pelo aquecimento global) são convidados a apresentar antes da COP 21, em Paris,

seu plano de contribuições em relação com os cortes de emissões. Quer dizer, reduzam o que queiram.

Os movimentos sociais que reclamam justiça climática enfatizaram a obrigatoriedade de incorporar nas negociações o conceito de responsabilidades históricas no fenômeno das mudanças climáticas. Neste sentido, os países historicamente mais contaminantes saíram novamente vitoriosos da COP. O documento final reconhece em seu ponto 3 que a COP 21 deve se propor a alcançar um acordo ambicioso que retrate o critério de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, mas sem especificar com que critérios se estabelecem estas diferenças, o que significa que países em desenvolvimento e desenvolvidos podem chegar a ser considerados igualmente responsáveis pelo fenômeno climático.

Os distintos movimentos sociais e redes de organizações em nível internacional chegaram a Lima sem depositar nenhuma expectativa no êxito das negociações climáticas oficiais. Organizaram uma Convenção dos Povos, de 4 dias, com mais de 160 atividades inscritas e uma marcha, realizada em 10 de dezembro (Dia Internacional de Direitos Humanos) que superou expectativas próprias e alheias, ocupando as ruas de Lima com mais de 15 mil pessoas integrantes de sindicatos, organizações camponesas, estudantis, indígenas, de mulheres e ambientalistas do Peru e dos diversos continentes, entre outros atores.

“Viemos com a consciência de que as COP não podem resolver nada, enquanto não mudarmos o sistema capitalista”, afirmou a ativista Lúcia Ortiz, coordenadora do Programa de Justiça Econômica e Resistência ao Neoliberalismo de Amigos da Tierra Internacional à Radio Mundo Real. Ao contrário, a tarefa que, segundo ela, convocou à sociedade civil novamente em uma Convenção dos Povos paralela às negociações oficiais foi a de “monitorar, denunciar e rechaçar o avanço das falsas soluções”. Neste sentido, os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação das Matas (REDD), denunciados pelos movimentos como formas de fazer negócios com a crise climática sem sequer enfrentá-la, saíram fortalecidos de cara com o novo acordo que seria assinado no próximo ano em Paris.

Como exemplo dos problemas que podem gerar os projetos de REDD, e que em muitos casos já estão gerando, podemos citar a mudança nas formas de uso



La Paz de noche, Bolívia, 2014. Foto: Nadja Massu

da terra e dos territórios: “agora já não se poderá ver um latifúndio como improdutivo, pois, ainda que não haja gente trabalhando ali, se pode considerá-lo como “cultivador de carbono”. Assim, os grandes latifundiários e as grandes organizações conservacionistas (que possuem muitas terras) vão ser beneficiados por vender crédito de carbono”, explicou Lúcia.

A cada ano mais envolvido no movimento por justiça climática, o setor sindical se fez presente na Conferência dos Povos, e também manifestou seu rechaço à mal lograda conferência do clima: “Ainda que vários governos apontaram a importância de incluir uma mensagem para os trabalhadores do mundo sobre a necessidade dos trabalhos decentes e de uma transição justa nos projetos de texto de Paris, os co-presidentes ignoraram estas demandas, deixando a dúvida a respeito de quem são os que realmente conduzem este processo”, expressou Sharan Burrow, secretária geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), em comunicado à imprensa.

Um ponto das negociações que foi considerado “histórico” pela presidência da COP foi a criação de um Plano de Trabalho de Lima sobre Gênero, que pretende “promover a efetiva participação das mulheres nos âmbitos da CMNUCC e fortalecer o trabalho de empoderar as mulheres e convertê-las em agentes importantes de mudança em relação à adaptação e à mitigação”, segundo apresenta uma notícia publicada no site oficial da COP 20.

Segundo afirmou à *Radio Mundo Real* a ativista Tica Moreno, do movimento feminista Marcha Mundial de Mulheres, “esta não é uma estratégia

recente, é uma estratégia velha da ONU e de vários acordos internacionais não só relacionados ao clima”. Acrescentou: “Para o caso do clima, o que se busca é promover uma “maquiagem de gênero”. Na verdade, se usa o discurso de gênero e as mulheres para impulsionar programas de financeirização da natureza, como o REDD. E o que vimos na Conferência dos Povos é que justamente as mulheres estão resistindo nos territórios a estas falsas soluções promovidas pelo sistema capitalista”.

Desde o movimento camponês latino americano, representado pela Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina), o rechaço às negociações foi imediato. Em um comunicado, a CLOC-VC definiu o documento como “débil e morno”, e reiterou suas críticas ao modelo agroindustrial e de agronegócios como um dos responsáveis pela crise climática, por seu uso intensivo de combustíveis fósseis em suas distintas etapas de produção. No entanto, agora o agronegócio aparece promovido pela ONU como resposta às mudanças climáticas, sob o conceito de “Agricultura Climaticamente Inteligente”.

Rechaçando esta estratégia gerada e promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pelo Banco Mundial, a CLOC-VC reiterou sua proposta de promoção da agricultura ecológica camponesa e familiar em pequena escala como um caminho imprescindível rumo à justiça climática e ambiental.

[...] *La Cumbre del Clima no fue un fracaso, fue una nueva victoria del capital*, Radio Mundo Real, dezembro de 2014.



## Emissões líquidas zero?

Silvia Ribeiro, Grupo ETC

40

A realidade e os relatórios científicos nos mostram que as consequências do desequilíbrio climático são cada vez mais devastadoras para milhões de pessoas e para os ecossistemas. Mas os grandes contaminadores, empresas e governos, não estão dispostos a renunciar a suas fontes de lucro, que são as que, em grande parte, causaram a catástrofe. Assim, apostam em perigosos remédios tecnológicos, como a geoengenharia, tentando aliviar os sintomas sem tocar nas causas. O mito que justifica estas falsas “soluções” se chama “emissões líquidas zero”: não é necessário deixar de emitir gases de efeito estufa se forem tomadas medidas que os compensem, em uma artimanha contábil que, em termos líquidos, daria zero.

O quinto informe sobre mudança climática global do Painel Intergovernamental de Especialistas sobre Mudança Climática (IPCC, por sua sigla em inglês), finalizado em outubro de 2014, chama para a redução de até 70% as emissões de gases no ano de 2050 e chegar a zero de emissões em 2100. Do contrário, a temperatura subirá de 2 a 5 graus, gerando uma cadeia de desastres. Os impactos mais graves serão nos países do Sul. Os dados e responsabilidades são claros: o caos climático se deve à expansão do industrialismo baseado no petróleo, gás e carvão, principalmente para gerar energia, a um sistema alimentar agroindustrial e a uma urbanização selvagem. Somente os Estados Unidos e nove outros países da OCDE, provocaram mais de dois terços dos gases emitidos desde 1750. O principal emissor atual é a China (23% das emissões globais), seguido dos Estados Unidos (com 16%). Os Estados Unidos emitem, em média, 17 toneladas por pessoa e a China, 5,4 toneladas. Segundo o pesquisador Rick Heede, 90 grandes empresas de petróleo, carvão, gás e cimento – em sua maioria, privadas – causaram 65% dos gases de efeito estufa. Não está em sua agenda diminuir, mas aumentar suas atividades. É muito útil para eles o mito de que é possível compensar as emissões.

A ideia de “emissões líquidas” já existia com os mercados de carbono, que não reduziram em nada

as emissões mas, sim, justificam que empresas e atividades contaminantes sigam emitindo gases, enquanto lucram com projetos “compensatórios” como REDD e outros.

Agora, o IPCC (infiltrado por interesses transnacionais) promove um pacote de tecnologias de alto risco, sugerindo que poderiam ser usadas para se conseguir a emissões líquidas zero: sequestro e armazenamento de carbono (CCS, por sua sigla em inglês), bioenergia com CCS (BECCS) e energia nuclear. Apesar do IPCC insistir que é necessário reduzir, de um modo drástico, as emissões, propõe cenários que se poderiam compensá-las “tecnologicamente”.

O sequestro e armazenamento de carbono (CCS) é absorver gases emitidos pela indústria e injetá-los a grandes profundidades, em fundos geológicos ou marinhos. É uma tecnologia da indústria petroleira, usada para aproveitar as últimas reservas nos depósitos. Agora, a promovem como solução para armazenar dióxido de carbono. Mas, ninguém pode assegurar que o CO<sub>2</sub> permanecerá no solo, que não haverá vazamentos em outros lugares, ou no futuro, com impactos graves, pois o CO<sub>2</sub> em altas concentrações é tóxico. Também poderia causar terremotos.

Como implica em grande infraestrutura e é muito cara, as petroleiras não a usam mais mas, agora, poderiam obter pagamentos por armazenar carbono, o que seria um subsídio público às maiores causadoras das mudanças climáticas, apoiando-as para que explorem mais petróleo, externalizando os custos e riscos a todos.

A bioenergia com CCS é pior. Implica em enormes monocultivos de árvores, cultivos e pastos que queimam para energia e absorvem o CO<sub>2</sub> com CCS. Aumenta a concentração da terra e a disputa por solo e água para produzir alimentos. Segundo a conta, daria emissões negativas, transformando as petroleiras em salvadoras do planeta. Ambas tecnologias são consideradas geoengenharia, e legitimá-las abre a porta para outras tecnologias que poderiam desequilibrar ainda mais o clima global.



**A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:**  
<http://www.grain.org/article/categories/91-biodiversidad>

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:  
<http://www.biodiversidadla.org>

Sítios Web das organizações da Alianza Biodiversidad:

GRAIN <http://www.grain.org>

REDES - Amigos de la Tierra <http://www.redes.org.uy>

ETC Group <http://www.etcgoup.org>

Grupo Semillas <http://www.semillas.org.co>

Acción Ecológica- Ecuador <http://www.accionecologica.org>

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina <http://www.viacampesina.org>

Acción por la Biodiversidad <http://www.biodiversidadla.org>

Red de Coordinación en Biodiversidad <http://redbiodiversidadcr.info/>

Sobrevivencia <http://www.sobrevivencia.org.py>

Centro Ecológico/Ipê, Brasil <http://www.centroecologico.org>

Sítio temático:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Aliança Biodiversidade convida a todas aquelas pessoas que estão envolvidas nos trabalhos conjuntos em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação e apoio do fortalecimento dos processos sociais do continente.

Os fundos arrecadados através de doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Aliança Biodiversidade.

[http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas\\_y\\_Acciones/DONAR\\_-\\_Alianza\\_Biodiversidad](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad)

***Biodiversidade, sustento e culturas*** é uma revista trimestral (quatro números por ano). É distribuída em versão eletrônica, gratuitamente, para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la devem enviar um e-mail com sua solicitação a:

**Acción por la Biodiversidad**

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização,

Nome e sobrenome, telefone, País, endereço postal: CEP, Cidade, Estado.





Acción Ecológica



red de coordinación en  
biodiversidad

